

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

RICARDO FAGUNDES LEÃES

**A POLÍTICA EXTERNA TURCA ENTRE O OCASO DAS FORÇAS ARMADAS E A
ASCENSÃO DOS RELIGIOSOS**

Porto Alegre

2015

RICARDO FAGUNDES LEÃES

**A POLÍTICA EXTERNA TURCA ENTRE O OCASO DAS FORÇAS ARMADAS E A
ASCENSÃO DOS RELIGIOSOS**

Artigo submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Luis Reis da Silva

Porto Alegre

2015

RICARDO FAGUNDES LEÃES

**A POLÍTICA EXTERNA TURCA ENTRE O OCASO DAS FORÇAS ARMADAS E A
ASCENSÃO DOS RELIGIOSOS**

Artigo submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2015.

Prof. Dr. André Luís Reis da Silva - orientador
UFRGS

Prof. Dr. Carlos S. Arturi
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo M. Svartman
UFRGS

Prof.^a Dr. Silvia Feraboli
UniRitter

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao governo brasileiro, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao CNPq pela oportunidade, apoio e financiamento dessa pesquisa. Não fosse pela possibilidade de estudar em uma instituição pública de ensino – caracterizada pela excelência do ensino e de seus professores –, certamente não teria atingido meus objetivos até agora. Nessa linha, também ressalto a importância de ter tido professores na graduação em Relações Internacionais e no mestrado em Ciência Política que me incentivaram a me desafiar e a aprender cada vez mais. Dentre estes, destaco o Prof. André Reis, meu orientador desde 2011, fundamental para a conclusão dessa etapa acadêmica. Além disso, Também agradeço ao Prof. Arturi, que sempre me serviu como inspiração intelectual e pessoal e que teve a gentileza de aceitar avaliar este artigo. À Prof.^a Silvia – colega de pesquisas sobre o Oriente Médio – e ao Prof. Eduardo Svartman que também se dispuseram a apreciar os erros e acertos da minha pesquisa.

Em termos pessoais, não posso esquecer a relevância dos meus pais, Valéria e Eduardo, que me incentivam há anos a investir no conhecimento. Também ressalto os amigos Fróes, Henrique, Sophie, Bernardo e Júlia, os quais várias vezes tiveram de me escutar sobre minhas angústias, questionamentos e incertezas quanto à elaboração deste artigo e que sempre souberam me ajudar a seguir em frente. Ao Fernando Mattos, só posso agradecer pela inabalável energia para me auxiliar na correção e na revisão de todos os textos que escrevo. Mais recentemente, depois que tive o privilégio de ingressar na Fundação de Economia e Estatística, o Róbson e o Bruno se somaram à lista de amigos que colaboraram com comentários, ponderações e problematizações sobre o trabalho de um acadêmico.

Naturalmente, à Paula, minha companheira de todos os momentos, que nunca hesitou em relação às minhas capacidades, contribuindo com muito amor, compreensão, carinho e todo o apoio de que poderia necessitar.

RESUMO

O artigo em questão trata da evolução das relações civis-militares na Turquia e de sua estreita vinculação com a política externa do país. A partir de uma análise sobre o desenvolvimento do kemalismo na Turquia, demonstramos como as Forças Armadas conseguiram institucionalizar suas prerrogativas, de forma a ter grande relevância para a formulação da política externa turca. Ao longo da Guerra Fria, então, o papel jogado pelos militares fez com que Ancara se mantivesse alinhado ao Ocidente, com receio da ascensão de movimentos contrários, como o marxismo, o islamismo e o curdismo. No entanto, a partir de 1999, observamos o processo contrário, com o afastamento das Forças Armadas dos centros de decisão da política turca. Esse fenômeno foi acentuado a partir de 2002, com a emergência do AKP, que levou os setores religiosos ao governo e intensificou o declínio dos militares enquanto agentes políticos. Em termos diplomáticos, verificou-se uma transformação significativa da política externa da Turquia, que abandonou a matriz de aliança com o Ocidente em favor de uma estratégia mais regionalista e assertiva.

Palavras-chave: Política Externa Turca; Relações Civis-Militares; Forças Armadas; AKP; Erdoğan; Davutoğlu; Teoria da Profundidade Estratégica; Neo-otomanismo; Kemalismo.

ABSTRACT:

This article deals with the evolution of civil-military relations in Turkey, and with its strict link with its foreign policy. With that spirit, we analyzed the development of Kemalism in Turkey and we showed how the Turkish Armed Forces managed to institutionalize their prerogatives, so they could play a paramount role to the formulation of Turkish foreign policy. During the Cold War, therefore, it meant the Ankara has always been a close ally to the West, especially because Army feared the rise of antagonist political movements such as Marxism, Islamism and Kurdism. However, from 1999, we can observe the exact opposite phenomenon, because the Turkish Armed Forces have been ostracized when it comes to the Turkish political process. This fact was deeply intensified since 2002, when the AKP won the general elections. The AKP victory brought some religious segments to the core of the government and that deepen the military decline as political actors. Diplomatically, we remarked a significant shift in Turkish foreign policy, once Turkey abandoned its unquestionable alliance with the West in favor of a more assertive and regionalist strategy.

Key-words: Turkish Foreign Policy; Civil-Military Relations; The Armed Forces; AKP. Erdoğan; Davutoğlu; Theory of Strategic Depth; Neo-otomanism; Kemalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. REPÚBLICA DA TURQUIA: SURGIMENTO, FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA EXTERNA	13
2. O AKP NO PODER: OCASO DOS MILITARES E POLÍTICA EXTERNA DA PROFUNDIDADE ESTRATÉGICA.....	30
3. ESTUDOS DE CASO	44
4.1. Estados Unidos	45
4.2. União Europeia	50
4.3. Oriente Médio.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

Desde que a Turquia é governada pelo Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), observa-se uma mudança significativa em sua política externa. Ao longo da Guerra Fria, Ancara buscou alinhar-se às potências ocidentais, mantendo relações estreitas com os Estados Unidos e tratando de se aproximar da União Europeia. Essa postura decorria do interesse do governo turco em promover a modernização econômico-social do país, que se traduzia em uma tentativa de replicar o modelo europeu de civilização. Ademais, havia o temor de que a União Soviética pudesse invadir o país e lhe tomar parte de seu território, medo que refletia a longa rivalidade turco-russa. Nessas circunstâncias, a Turquia esforçou-se para estar próxima dos países que tinha como referência e para ficar distante daqueles que encampavam uma ideologia considerada atrasada, como o comunismo e o islamismo.

A política regional turca nesse período era caracterizada por um paradoxo, na medida em que Ancara manifestava um grande desinteresse pelos assuntos envolvendo os Estados vizinhos. Considerando-se que a Turquia tem uma população majoritariamente muçulmana e que é herdeira de um império que abarcava praticamente todos os países que compõem o Oriente Médio, soa estranho o fato de que sua diplomacia tenha permanecido distante de seu entorno geográfico. Na verdade, o que se verificou ao longo das décadas a esse respeito foi uma disposição para agradar norte-americanos e europeus, pois o governo turco perseguiu uma política regional em linha com os designios ocidentais para esses países. Dessa forma, a Turquia não tardou a reconhecer o Estado de Israel e se engajou nas tentativas multilaterais de contenção da União Soviética, como o Pacto de Bagdá, o que lhe rendeu críticas acerbadas entre as lideranças do mundo árabe, que via o país como traidor dos islâmicos.

Com a chegada do AKP ao poder, em 2002, os tradicionais paradigmas da política externa turca passam a ser questionados, fazendo com que muitas das posições que anteriormente lhe caracterizavam fossem modificadas em algum grau. Assim, no tocante aos seus aliados ocidentais, nota-se que a Turquia adotou uma política mais pragmática com os Estados Unidos – mantendo relações cordiais, mas se afastando conforme as necessidades – e esfriou o ímpeto para ingressar na União Europeia, sobretudo a partir de 2007. Destaca-se também que, em termos regionais, Ancara revisou sua conduta em diversos aspectos, dando maior proeminência à parceria política e econômica com os países vizinhos. Já com Israel constata-se o processo inverso, visto

que, pela primeira vez, o Estado judeu passa a receber reprimendas sistemáticas do governo turco, que se engajou no movimento palestino.

O objeto deste trabalho, portanto, são as causas da transformação da política externa turca nos últimos anos. Utilizamos esse espaço para avaliar como e por que a Turquia alterou os preceitos básicos de sua estratégia internacional, que abandonou um comportamento mais passivo e ocidentalista em favor de uma postura mais assertiva e regionalista. Não se trata, porém, de demonstrar e enumerar as incontáveis mudanças que aconteceram desde a primeira eleição do AKP – fenômeno já analisado amplamente pela literatura especializada –, mas sim de averiguar as razões que possibilitaram e fomentaram essas modificações. Isto porque é consensual entre os estudiosos do tema a visão de que, sob o comando do AKP, Ancara reorganizou profundamente as bases de sua diplomacia. No entanto, quando se debatem as origens desse processo, há um receio em afirmar quais os fatores mais relevantes.

Ao abordar esse tema os autores, em geral, ressaltam alterações de três ordens (política, econômica e sistêmica), normalmente evitando atribuir uma gradação de importância entre elas. Assim, salienta-se, em primeiro lugar, que o final da Guerra Fria e o relativo declínio dos Estados Unidos no início do século XXI permitiram à Turquia adotar uma diplomacia menos alinhada, sobretudo no Oriente Médio, em função do surgimento de um mundo mais multipolar. Frisa-se, também, que Ancara tem dado maior relevância aos assuntos regionais porque sua economia (calcada na exportação de produtos manufaturados e carente em recursos energéticos) é complementar à dos Estados ao seu redor (ricos em petróleo e gás, mas dependentes da importação de manufaturados), salvo poucas exceções. Por fim, acentua-se que houve uma significativa mudança na correlação de forças na política do país, com a escalada dos setores islâmicos e a decadência das Forças Armadas, que sempre apregoaram relações estreitas com o Ocidente.

Neste artigo, nossa hipótese é que a política externa turca sob o governo do AKP mostrou-se bastante distinta em comparação com os governos anteriores por causa da emergência de um novo padrão de relações civis-militares, no qual os grupos religiosos muçulmanos vêm ganhando espaço em detrimento dos militares, que sempre tiveram grande prestígio perante a população turca, o que lhes permitiu exercer um papel expressivo na política nacional. Assinala-se, todavia, que, ao eleger a questão política como a principal variável para explicar os câmbios da política externa, não se está negando a veracidade das variáveis sistêmica e econômica, que tiveram grande

contribuição nesse processo. Entende-se, contudo, que esses aspectos foram complementares e intervenientes, ao passo que a política assumiu uma dimensão protagônica, assentando as bases para as mudanças que aconteceram. Ou seja, embora importantes, a economia e o sistema internacional não seriam suficientes para produzir esse efeito, diferentemente da política.

A hipótese deste trabalho está diretamente associada ao seu problema, o qual diz respeito ao peso das relações civis-militares na formulação da política externa turca. Em nossa perspectiva, a política turca durante o século XX se pautou por manifestas e recorrentes intervenções do Exército, que também impactaram sobremaneira sua inserção internacional. Essa situação de assíduas interferências das Forças Armadas em assuntos que não são de sua alçada, não obstante, não é exclusividade da Turquia, mas sim um processo habitual em outros Estados do Oriente Médio e da América Latina. Por conseguinte, fez-se mister recorrer à bibliografia que já avaliou casos em que os militares acabavam desempenhando um papel político. Essa tarefa é bastante oportuna porque possibilita localizar eventuais semelhanças e diferenças entre o exemplo turco e os outros, o que favorece o entendimento e ajuda a estabelecer cenários para o futuro.

Com efeito, a literatura de Ciência Política traz, há muitos anos, vários autores e discussões sobre como se estrutura o poder das Forças Armadas em determinados países, onde suas prerrogativas sobrepujavam largamente as suas consagradas funções de defesa, adquirindo um contorno claramente político. Samuel Huntington (1954), por exemplo, em um texto seminal sobre esse tema, argumenta que há habitualmente duas categorias de controle civil sobre os militares: *subjetivo* e *objetivo*. Enquanto aquele se refere às situações em que determinados grupos políticos usam de sua influência para controlar os militares e colocá-los contra os seus rivais, este representa justamente o oposto, pois é o estado em que a profissionalização militar atinge seu zênite, o que, em termos concretos, implica a esterilização política das Forças Armadas, processo só teve início na Turquia na virada do século XX, mas que, até agora, não foi integralmente concluído.

Em consonância com a ideia de profissionalização dos militares, Morris Janowitz (1967) ressalta que as Forças Armadas, enquanto instituição, tendem a formar um corpo sólido com valores e identidade própria. No caso da Turquia, esse fenômeno é facilmente verificável, na medida em que os militares de fato constituíram um grupo muito coeso ideologicamente ao longo dos anos. As eventuais divergências internas – que sempre existem – não foram capazes de surtir efeitos na consolidação desse *esprit*

de corps, que se fortaleceu com o passar do tempo. As Forças Armadas Turcas sempre perfilharam o ideário defendido por Mustafá Kemal e fizeram de tudo para evitar medidas em contrário, como investigamos no primeiro capítulo. Mais do que isso, os militares lograram institucionalizar seu poder através da criação e do empoderamento de instituições que lhes endossavam prestígio e prerrogativas especiais, de forma a atravancar uma eventual tentativa de mudanças por quem quisesse deixá-los sob vigilância da sociedade civil.

Ainda sob o ponto de vista teórico, a coleção de ensaios organizada por Kuru & Stepan (2012) é imprescindível para entendermos a predominância das Forças Armadas enquanto agentes políticos na Turquia. Na introdução, os autores sustentam que os militares turcos têm um papel de “guardiães” da República Turca, o que lhes permite um formidável grau de autonomia para os seus assuntos corporativos e uma imensa capacidade de interferência na política nacional, seja interna ou externa. Anteriormente, abordando o caso brasileiro, Stepan (1975) afirmava que os militares haviam adquirido meios para assegurar a permanência de um sistema político que lhes aprouvesse, conforme os interesses das classes que estes representassem. Em alguma medida, as Forças Armadas teriam um *poder moderador*. Mesmo que esse conceito tenha sido aplicado para o Brasil nessa obra de Stepan, acreditamos que o seu emprego também é útil para a Turquia.

Samuel Fitch (1998), em um livro sobre a América Latina, salienta que as relações civis-militares podem ser categorizadas de quatro maneiras: *controle militar*, *tutela militar*, *subordinação condicional* ou *controle democrático*. O primeiro diz respeito ao comando direto e exclusivo do poder pelas Forças Armadas. Já o segundo trata das circunstâncias em que os militares têm poder de veto sobre o sistema político, participando ativamente junto com grupos civis. O terceiro, por sua vez, reflete a condição em que as Forças Armadas não intervêm normalmente na política nacional, salvo nos momentos de crise, quando veem um risco muito grande à estabilidade do país. Finalmente, o último alude aos governos democráticos que atuam sem o risco de interferência militar. Na Turquia, todas essas categorias têm grande serventia para caracterizar algum período histórico. Porém, é justo sublinhar que o controle democrático ainda não atingiu sua plenitude.

Esse trabalho visa, também, ao preenchimento de uma lacuna na literatura sobre relações civis-militares na Turquia. Afinal, embora a constante e recorrente participação das Forças Armadas na política nacional seja de conhecimento geral, há poucos estudos

que procuram avaliar de que maneira o caso turco reflita um fenômeno que já aconteceu em diversos países, ainda que cada um tenha suas especificidades. Os autores que dão a sustentação teórica a esse artigo, por exemplo, não abordaram especificamente o peso dos militares na Turquia, preferindo optar por estudar países latino-americanos, como o Brasil. Entretanto, acreditamos que Ancara representa um modelo ainda mais bem acabado de Estado no qual as Forças Armadas por muitas décadas dispuseram de imensos recursos de poder, que foram fulcrais para a formulação de sua política externa. Logo, mesmo que as particularidades turcas tenham recebido a devida atenção, realça-se que há, por trás, um processo muito complexo, que se fez presente em outras conjunturas históricas.

Frisa-se, aliás, que a consolidação das Forças Armadas como agente político na Turquia se processou de maneira gradual ao longo do século XX, evoluindo de acordo com questões políticas, institucionais e culturais. Em verdade, os militares não gozavam de um prestígio especial durante o Império Otomano. Esse quadro só começou a mudar quando o Exército turco expulsou as tropas europeias de seu território. Esse episódio, que foi seguido pela proclamação da República e da ascensão de Mustafá Kemal como a principal liderança do país, foi determinante para cimentar as bases do papel dos militares na Turquia. Posteriormente, durante a Guerra Fria, o Exército soube capitalizar o temor que as elites turcas tinham do marxismo, do islamismo e do curdismo, ideologias que contrastavam com o projeto de Mustafá Kemal, que acabou sendo incorporado pelas Forças Armadas.

De modo inverso, o ocaso dos militares em termos de força política também se deu paulatinamente, a partir da tentativa do governo turco em aderir aos Critérios de Copenhague, em 1999, um conjunto de exigências da União Europeia para permitir que a Turquia se tornasse membro efetivo do bloco. Em seguida, com a emergência do AKP, há uma intensificação desse movimento, com a introdução de dispositivos institucionais (incluindo alterações na Constituição) que tinham o fito de limitar a participação das Forças Armadas na política nacional. Contudo, devemos ressaltar que não temos a intenção de fazer uma interpretação teleológica desse alijamento. As transformações que vêm ocorrendo só se tornaram realidades porque os agentes políticos que as promoveram tiveram disposição e contaram com um cenário favorável para sua aprovação. Em uma conjuntura adversa, seria improvável que os resultados fossem idênticos.

Em termos metodológicos, este artigo lançou mão da bibliografia especializada, de discursos oficiais e de notícias veiculadas nos mais importantes meios de comunicação, um meio que se julgou o mais adequado para lhe dar sustentação e interligar objeto, hipótese e problema. No primeiro capítulo, foi estudada a política turca desde a ascensão de Mustafá Kemal até a promoção do AKP, com o intuito de ilustrar o processo de fortalecimento institucional das Forças Armadas, que lhe assegurou uma posição hegemônica na formulação de política externa. Na sequência, foram examinadas as principais medidas do governo turco sob o comando do AKP, que foi exitoso na tentativa de alijar as Forças Armadas da política nacional, permitindo um fortalecimento dos islamitas. Por fim, no último capítulo, foram escolhidos três estudos de caso (Estados Unidos da América, União Europeia e Oriente Médio) para demonstrar como a alteração na correlação de forças entre civis e militares se vincula aos câmbios da política externa da Turquia.

Reconhece-se que a falta de material publicado em língua turca representa uma deficiência do trabalho em questão. De fato, dada a considerável dificuldade para obter a maestria no idioma – adversidade agravada pela brevidade que caracteriza o Mestrado acadêmico –, o autor não teve acesso ao conteúdo escrito em turco. Ainda assim, sublinha-se que a maioria dos especialistas utilizados é de origem turca, apesar de escreverem em inglês (ou pesquisam em universidades turcas ou estão radicados em países como Estados Unidos e Alemanha, que contam com inúmeros centros de estudos sobre política turca). Ademais, como é a pretensão do autor especializar-se no assunto e levar a pesquisa adiante no doutorado, a questão linguística já não deverá configurar um problema tão significativo, em virtude da possibilidade de realizar um intercâmbio na Turquia, onde poderá concretizar uma pesquisa de campo no idioma local, considerando-se a ampla disponibilidade de fontes e de pesquisadores do tema.

A justificativa para este artigo diz respeito ao novo alcance da Turquia no cenário internacional, na medida em que há consenso em torno da ideia de que sua política externa transformou-se com a vitória do AKP em 2002 e a alçou a um patamar inédito, ao menos em sua história republicana. O país desviou suas costas para seu entorno geográfico, aproximando-se de seus vizinhos e expandindo sua zona de influência. Dessa forma, é fundamental proceder a uma análise minuciosa da política turca, a fim de verificar quais as medidas que o AKP tem tomado para aprofundar a marcha na qual se encontra, a fim de assegurar que não haja uma reversão das conquistas obtidas até agora. Para tanto, é primordial que se compreenda

satisfatoriamente a evolução da correlação de forças entre civis e militares na política do país, aqui vista como a variável chave para a elaboração da inserção internacional da Turquia.

Este trabalho também se justifica em decorrência da saliência do Oriente Médio para as relações internacionais. Seja por causa dos incessantes conflitos ou em virtude de questões energéticas, a região está no centro da pauta do debate na academia e na imprensa em todo o mundo. No Brasil, entretanto, permanece um desconhecimento generalizado sobre o assunto, que favorece visões distorcidas e preconceituosas, principalmente por causa do componente islâmico. Ainda são pouco numerosos os pesquisadores sobre o assunto, muito embora poucos neguem a expressão de sua dimensão. No caso específico da Turquia, assinala-se que as condições são ainda piores, uma vez que inexitem especialistas sobre o país. Desse modo, como Ancara tem amplificado sua atuação regional, é preciso intensificar os estudos sobre sua política externa, para que se possa assimilar, de maneira mais qualificada, os fenômenos pelos quais se caracteriza a região.

1. REPÚBLICA DA TURQUIA: SURGIMENTO, FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA EXTERNA

A história moderna da Turquia iniciou-se após a I Guerra Mundial, com a dissolução do Império Turco-Otomano e o surgimento da República da Turquia. Esse evento não se deu de maneira simples, na medida em que os turcos perderam a maioria das batalhas e tiveram que enfrentar uma forte pressão de gregos, italianos, franceses e britânicos pelo controle de partes de seu território. De fato, em 1920, o Sultão Mehmet VI ratificou o Tratado de Sèvres, que punha fim ao Império e concordava com uma sensível diminuição territorial. No entanto, os setores nacionalistas e boa parte das Forças Armadas consideraram o acordo um ultraje à soberania do país e se recusaram a ratificá-lo. Na sequência, comandado pelo general Mustafá Kemal, o Exército turco derrotou e expulsou as forças estrangeiras do país, o que viabilizou o Tratado de Lausanne, em bases muito mais benéficas para a Turquia (KINROSS, 2001, p. 377 – 380).

Após sua vitória, Mustafá Kemal foi escolhido o presidente da Grande Assembleia Nacional, que passara a governar o país nos últimos anos. Sua primeira medida foi a dissolução do jugo otomano, privando o sultão-califa Mehmet VI de todos

os poderes seculares de que dispunha e exilando toda sua família. Imediatamente, Kemal promoveu a primeira fase da secularização do país, que consistia na integração do ensino na Turquia, através da abolição de escolas e faculdades religiosas. Essas medidas foram seguidas por uma reforma constitucional que assegurava a igualdade de todos perante a lei e os direitos de pensamento, discurso, imprensa e associação. Na sequência, todas as instituições de cunho religioso ou foram proibidas ou se quedaram sob rígido controle estatal, para que não pudessem ser foco de resistência à secularização em curso. Paulatinamente, ficou claro que Kemal via na religião a origem do atraso turco frente à civilização considerada desenvolvida, representada pelas potências europeias (HIRO, 2009, p. 73 – 74).

In tandem com a secularização, a ocidentalização da Turquia também não tardou, imprimindo um rumo inédito em sua história. Inicialmente, esta se deu através da mudança do vestuário, com a interdição de roupas tradicionais turcas (como o fez, o chapéu turco) e a exigência da utilização da indumentária europeia. O véu feminino não chegou a ser proibido, mas Kemal não escondia sua insatisfação com a sua utilização. Depois, o governo alterou o sistema legal, como os códigos civil, comercial e penal, copiados respectivamente de suíços, alemães e italianos, em detrimento da desacreditada *sharia*. Essas alterações permitiram às mulheres alcançar, de uma hora para a outra, o *status* de igualdade. Prontamente, o alfabeto árabe foi substituído pelo latino, julgado como mais adequado para ocidentalizar o país. Enfim, a Grande Assembleia Nacional ab-rogou a cláusula que tratava o Islã como a religião oficial da Turquia (HIRO, 2009, p. 74 – 75).

Ao estudar o kemalismo, devemos ter em mente que o seu líder criador nunca foi um intelectual que fundamentou seu ideário em diretrizes claras e coerentes. Atatürk, na realidade, ambicionava a transformação da Turquia em um país verdadeiramente europeu, e valia-se da emulação de práticas, costumes e normas sociais para lograr seu intento. A ideologia kemalista, portanto, foi formando-se ao longo do tempo, imaginada por intelectuais, elites econômicas e amplos setores das Forças Armadas, que posteriormente se converteram em seus principais defensores. O kemalismo, doravante, tornou-se sinônimo de transformação social e de desenvolvimentismo autoritário sob um regime de partido único, à base de uma interpretação racialista do nacionalismo turco e de um robusto culto à personalidade. Em linha com essa argumentação, Hanioglu (2012) salienta que o kemalismo assentava-se em três pressupostos chave: cientificismo, ocidentalização e nacionalismo.

O tripé do kemalismo espelhava o espírito progressista que surgiu no século XIX e a crença na Europa como centro da civilização mundial. O cientificismo era encarado como um promotor da modernidade, que se opunha à estagnação proporcionada pelas instituições religiosas. A esse entendimento se ligava a ocidentalização, a qual estipulava que os avanços só eram possíveis quando os padrões europeus de agir e pensar eram aplicados. Para Mustafá Kemal, todas as culturas tinham o conceito de civilização, mas só os europeus a levaram adiante. Desse modo, todos os elementos da cultura turca que não tinham uma matriz europeia deveriam ser imediatamente suprimidos, para que não se atravancasse o desenvolvimento. Por fim, realça-se o nacionalismo, que se originaria na singularidade racial do homem turco. Nessa óptica, o berço da civilização humana eram tribos turcas da Ásia Central, que depois se fixaram na Europa (Grécia e Roma) e na Ásia (China e Índia).

A interpretação kemalista reputava a história do Império Otomano, especialmente em seus estágios finais, como um desvio da genuína missão civilizadora dos turcos. Ao escorar-se em valores islâmicos, os otomanos teriam afastado a Turquia da Europa, impedindo o progresso científico e material de sua população. Era primordial, por conseguinte, recolocar os turcos em contato com os europeus, o que indispensavelmente passaria por obliterar práticas e instituições muçulmanas. O kemalismo, assim, exaltava o período pré-otomano e a raça turca, inferindo que a proscrição dos hábitos islâmicos recolocaria a Turquia no concerto europeu de nações. Atualmente, contudo, o componente racial não é mais citado pelos kemalistas como uma fonte de inspiração, mas durante décadas serviu como justificativa para que o país virasse os olhos em direção à Europa como modelo e inspiração (HANIOĞLU, 2012).

O período em que Atatürk comandou a Turquia foi determinante para a formação do ideário militarista, ainda que a legitimidade de Mustafá Kemal se concentrasse muito mais em sua personalidade e carisma do que no peso das instituições militares. De qualquer maneira, as posições do governo em defesa da secularização, da ocidentalização e de uma modernização conservadora tanto em termos econômicos quanto sociais acabaram sendo plenamente incorporadas pelas Forças Armadas, entusiastas do kemalismo. Com o decorrer dos anos, este acabou por sofrer algumas transformações, mas suas pedras angulares sempre se mantiveram incólumes. No que diz respeito à política externa, observa-se a associação entre o kemalismo e a defesa do bloco ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos e seus aliados europeus. Além disso,

após a consolidação da União Europeia, os kemalistas foram os principais entusiastas do ingresso turco nesse grupo.

Muito embora o governo de Atatürk já tenha dado uma amostra importante do que se tornaria a base do *esprit de corps* dos militares (kemalismo), é somente a partir da Guerra Fria que as Forças Armadas tomam corpo institucionalmente e deixam mais clara sua visão para a política externa turca. Na verdade, após 1945, a Turquia passou por um processo de democratização, com a queda do general Ismet İnönü (que sucedeu Atatürk em 1938, após seu falecimento) e o aparecimento de novos partidos políticos – afinal, até então, só o kemalista CHP não estava proscrito – em eleições livres. Concomitantemente, Ancara abraçou o lado ocidental e capitalista, alinhando-se aos desígnios norte-americanos. Em boa medida, essa decisão se legitimava em função das pressões que o governo soviético fazia para utilizar o território turco como base militar, o que era visto com grande apreensão na Turquia, sobretudo porque inúmeras disputas já haviam sido travadas com os russos em décadas anteriores (DICLE, 2008, p. 12 – 13).

Na década de 1950, a Turquia esteve sob comando do Partido Democrata (DP), o qual era chefiado por Adnan Menderes. O DP fazia oposição ao kemalista CHP, advogando um Estado mais tolerante em termos religiosos. De fato, enquanto Menderes foi o primeiro-ministro, assistiu-se a um ressurgimento de instituições e manifestações religiosas na Turquia, as quais estavam terminantemente proibidas nos governos de Atatürk e İnönü, sob a alegação da defesa da laicidade e da secularidade do Estado. A despeito dessa justificativa, não parece correto afirmar que o kemalismo representasse apenas um movimento de separação entre Estado e Igreja, mas sim uma tentativa de impor uma cultura não religiosa na população. Embora algumas mudanças tenham sido bem aceitas pela maioria dos turcos, muitos discordavam da perspectiva de que a modernização se opunha à religiosidade: não haveria contradição em ser muçulmano praticante e perseguir um progresso econômico em moldes capitalistas. Essa visão estava arraigada entre as lideranças do DP, que venceu três eleições parlamentares em sequência (1950, 1954, 1957), o que ensejou o reflorescimento do Islã enquanto elemento fundamental da sociedade turca, para desgosto dos militares (OZDEN; YILMAZ, 2010, p. 200 – 201).

A popularidade do DP se dava em função da conjuntura econômica, que lhe foi muito favorável até a segunda metade da década. Contudo, no final dos anos 1950, os prenúncios de uma crise econômica – evidenciada pela escalada da inflação e

diminuição do crescimento – começaram a minar a popularidade do governo, que passou a perseguir seus opositores e a cercear a liberdade de imprensa. Essas medidas eram possíveis devido à grande concentração de poder na política do país, uma vez que o Parlamento – onde o DP tinha maioria – governava praticamente sem limites. Nessas circunstâncias, tornaram-se cada vez mais frequentes as manifestações populares de repúdio às práticas da administração Menderes, que respondia de maneira agressiva às reivindicações dos turcos. Assim, em abril de 1960, na sequência de uma série de protestos, o governo chamou os militares para repreender seus opositores. Estes, todavia, não só se recusaram a fazê-lo, mas depuseram o governo, sob a alegação de que este violara os preceitos democráticos (LOMBARDI, 1991, p. 204).

Tão logo assumiram o controle do país, as Forças Armadas prometeram retomar a ordem nacional e devolver o poder aos civis, com a realização de eleições livres. Para tanto, a junta que passou a compor o governo promulgou uma nova Constituição, em 1961, a qual se destacava pelo compromisso com a defesa das liberdades civis, como a ampliação do direito de associação. Não obstante, os militares também se esmeraram para criar instituições que servissem de anteparo ao Parlamento, cujo poder excessivo era apontado como responsável pelo autoritarismo do DP. Dentre as novas instituições, destacam-se o Senado, a Corte Constitucional e o Conselho de Segurança Nacional (MGK). Se o primeiro foi estabelecido em moldes democráticos (pois seu poder era respaldado pelo voto dos eleitores), os dois últimos carregavam um componente mais discricionário e autoritário. Por um lado, a Corte Constitucional – que, naturalmente, revisava a constitucionalidade das leis aprovadas pelos congressistas – tinha poder de fechar partidos políticos que fossem de encontro aos princípios da República. Por outro lado, o MGK – composto por militares e políticos – tinha a missão de orientar o governo em assuntos de segurança nacional (VAROL, 2012, p. 55 – 56).

O golpe de 1960 é imprescindível para se compreender a institucionalização do poder das Forças Armadas como fiel da balança da política turca. Como em outros momentos que serão analisados posteriormente, os militares atenderam aos chamados de amplos setores da elite (intelectuais, empresários e políticos do CHP) e intervieram no jogo político do país. Nesse ponto, porém, não é correto afirmar que os promotores da deposição de Menderes tenham agido somente por pressão popular, como se não tivessem um projeto de poder próprio. Isso se evidencia pelas próprias medidas tomadas pela junta militar, que elevaram sua capacidade de influência com a criação da Corte Constitucional (cujos ideais eram kemalistas) e do Conselho de Segurança Nacional,

que era dominado por membros do Exército. Dessa forma, vê-se aí uma exitosa combinação de um grupo político que, respaldado pela população, soube tirar proveito da situação e criar mecanismos que assegurassem sua relevância no futuro.

À primeira vista, o casamento entre o pedido das elites por uma intervenção militar e a atuação das Forças Armadas nesse sentido poderia indicar um panorama análogo ao controle subjetivo dos militares, sugerido por Huntington (1954), quando um grupo se vale do Exército para levar a cabo seu projeto político. Nesse caso, porém, a relação parece ser inversa: foram os militares que tiraram proveito do esteio que as elites lhes proporcionavam para afastar do poder os seus rivais, e não contrário. Esse cenário, então, se assemelharia mais à *tutela militar* de Fitch (1998), que sublinha os momentos em que as Forças Armadas aliam-se aos setores que compartilham de seu ideário e imiscuem-se em assuntos políticos que, em uma democracia liberal, são temas exclusivamente civis. A iniciativa, em suma, partiu dos quartéis e foi plenamente ao encontro daquilo que desejava a alta sociedade turca.

O fato de os militares terem tomado diretamente o poder – como o faziam outras duas vezes (1971 e 1980) – também poderia sugerir um quadro de *controle militar* nos moldes de Samuel Fitch (1998), ao invés da *tutela militar* que enfocamos acima. Na verdade, nossa interpretação foi nesse sentido porque as Forças Armadas jamais quiseram permanecer à frente do Executivo por um longo período, preferindo manter-se por pouco tempo, introduzir um vasto conjunto de reformas que ampliassem institucionalmente sua margem de manobra e devolver o poder às elites que as apoiavam. Nota-se, aliás, que o conceito de *tutela militar* articula-se com o de *poder moderador*, trazido por Stepan (1975). Ambas as visões pressupõem um programa político nucleado pelos militares, mas executado em sintonia com outros segmentos da sociedade do país, tais como intelectuais, empresários e políticos.

O tema do apoio popular às intervenções militares que ocorreram na Turquia a partir de 1960 é mais complexo do que se costuma apresentar, na medida em que se trata de uma relação dialética e não unilateral. Com efeito, todas as vezes em que as Forças Armadas depuseram um governo eleito havia uma aprovação entre amplas camadas da população turca, sobretudo entre as elites secularistas das grandes cidades. No entanto, não se pode ignorar o fato de que essas pessoas também estavam inseridas em um contexto que privilegiava a versão dos militares, dada a sua influência institucional, cultural, econômica e social. O fato de que muitos pensavam que o Exército era a instituição menos corrompida e mais comprometida com os interesses da

nação se tornava possível porque os militares dispunham de mecanismos adequados para convencê-los. À medida que o governo os distancia dos centros de decisão, abre-se espaço para um maior pluralismo ideológico, que minimiza as perspectivas de um novo golpe de Estado (CIZRE, 2012).

Em larga medida, a popularidade do militarismo na Turquia até a escalada do AKP se explica em decorrência de uma considerável desconfiança em relação à política e aos políticos, que, de maneira geral, eram tidos como incompetentes, corruptos e interesseiros, em contraposição às Forças Armadas, que vendiam a imagem de serem justamente o oposto. Como ressalva Cizre (2012), o processo político foi muito desacreditado com o decorrer dos anos, em razão da elevada instabilidade social do país durante a Guerra Fria. Nesse momento, aos olhos de uma parcela expressiva da população, os governantes eleitos eram inaptos em promover o desenvolvimento e não tinham destreza para dirimir as tensões sociais. Os militares, por outro lado, constituíam o grupo mais preocupado com as questões nacionais (estando, então, supostamente acima de ambições pessoais e corporativas) e o único que assegurava a ordem, ainda que através de métodos autoritários.

Após a aprovação da nova Constituição por um referendo popular, os militares cumpriram sua promessa de realização de eleições parlamentares. Estas, no entanto, não foram plenamente livres, uma vez que o DP havia sido fechado pela Corte Constitucional, e várias de suas lideranças foram presas ou impedidas de concorrer a cargos eletivos. Ademais, Adnan Menderes foi sentenciado à morte – e executado – no governo da junta militar, malgrado a pressão ocidental para que sua pena fosse comutada. Assim, o CHP de Ismet İnönü voltou ao poder, em uma eleição em que o antigo DP se dividiu em três novos partidos, dos quais o Partido da Justiça (AP) era o mais significativo, tendo recebido uma votação inferior apenas à do CHP. Essa tensão política, entretanto, pouco alterou a estratégia do governo, que seguiu fiel à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), à qual havia aderido em 1952, ainda sob a égide do DP e de Menderes (Mango, 2004, p. 57 – 58).

A normalização da política na Turquia veio acompanhada de uma fase de crescimento econômico em virtude do fomento à industrialização por substituição de importações. Como em outros países, esse processo fortaleceu as classes sociais típicas de uma sociedade capitalista, exacerbando as tensões. Durante a década de 1960, houve um significativo florescimento dos setores de esquerda, como atesta o surgimento do Partido Turco dos Trabalhadores (TIP) e de inúmeras associações trabalhistas. Essa

situação engendrou uma polaridade entre os grupos marxistas e o governo, que não sabia responder às pressões do sistema. Por outro lado, em 1970, alguns grupos islâmicos descontentes com a polarização entre seculares de esquerda e de direita fundaram o Partido da Ordem Nacional (MNP), guiado por Necmettin Erbakan, que reprochava os alicerces antirreligiosos da República da Turquia. Então, os militares, já insatisfeitos com o rebuliço social, perderam qualquer confiança no governo para viabilizar a estabilidade do país (ALTUNIŞIK; TÜR, 2005, p. 35 – 37).

Em 1971, em um novo contexto de crise econômica, o governo turco anunciou um plano de austeridade para que o país pudesse iniciar um novo ciclo de desenvolvimento, o que foi muito mal visto pelos trabalhadores. Estes, então, organizaram inúmeros protestos e passeatas para reprochar as medidas do governo, em um padrão inédito para a história da Turquia. Ademais, alguns grupos de guerrilha urbana aproveitaram o ensejo para realizar sequestros e assaltos a bancos para financiar seus projetos políticos. Nesse momento, as Forças Armadas emitiram uma nota com a exigência de que o governo encerrasse aquela situação, sob pena de uma nova intervenção. Assim, incapaz de lidar com o problema e temeroso das consequências de uma saída forçada, o governo renunciou, abrindo espaço para que uma nova junta militar assumisse as rédeas da nação (BURAK, 2011, p. 151). Imediatamente, os militares ordenam o fechamento do TIP e do MNP, aduzindo a incompatibilidade do marxismo e do islamismo com o kemalismo. De fato, nos anos subsequentes, o medo de uma revolução socialista e da ascensão de um governo religioso afiançavam o papel dos militares como fieis da balança e protetores da República, o que se agravou em seguida com o aparecimento do movimento separatista curdo.

A formação de partidos políticos identificados com o marxismo e com o islamismo foi capital para que surgisse um debate sobre qual deveria ser a estratégia internacional a ser adotada pela Turquia. Até então, havia poucos questionamentos sobre o alinhamento ideológico que o país traçara com o bloco capitalista, o que começou a mudar a partir de alguns desvios na política externa turca nos anos 1960. Estes, todavia, não se deveram à vontade de mudança do governo, mas sim à crise dos mísseis em 1962 e ao conflito do Chipre iniciado no ano seguinte. No primeiro caso, os Estados Unidos concordaram em retirar os mísseis instalados em território turco, como contrapartida à remoção do material bélico soviético de Cuba. Essa providência era vista com maus olhos em Ancara, que temia o decréscimo de sua pertinência para Washington. Já no Chipre (país de população grega e turca), o governo turco declarou

que estava disposto a intervir, caso os direitos da minoria turca fossem desrespeitados pela maioria grega (CARLEY, 1997, p. 02 – 03).

Esse estremecimento turco-americano, não obstante, era consequência menos de um realinhamento ideológico do que da imposição dos fatos, na medida em que a distensão entre Estados Unidos e União Soviética fazia com que a Turquia fosse menos relevante para os norte-americanos. Ainda assim, é a partir desse momento que alguns grupos políticos de oposição começam a indagar a validade dessa união, surgindo movimentos alternativos. Desse modo, vê-se que os marxistas desejavam um afastamento da OTAN, como já seria de se esperar, e os islamistas tencionavam uma política externa mais independente e que se aproximasse dos países árabes. Como as Forças Armadas combatiam duramente a assunção da esquerda e dos religiosos nas eleições parlamentares da Turquia, a necessidade de se manter um bom relacionamento com os EUA era vista como inevitável, malgrado as inúmeras dificuldades que a conjuntura impunha.

Enquanto se fortalecia a identidade das Forças Armadas como a principal instituição de apoio à parceria entre Ancara e Washington, a junta militar, após o golpe de 1971, empenhou-se para ampliar institucionalmente sua margem de manobra na política nacional. Assim, o Conselho de Segurança Nacional teve suas prerrogativas expandidas através de uma emenda constitucional, a qual determinou que seus membros fossem comandantes do Exército e que suas resoluções fossem consideradas recomendações e não meras sugestões, como estava anteriormente previsto (ÖZCAN, 2007, p. 41 – 42). Apesar da introdução dessas alterações, os militares, mais uma vez, não tiveram interesse em se manter no poder e procederam a novas eleições gerais em 1973, pouco tempo após o retorno do que consideravam a "normalização da vida política", o que, na prática, significava o estancamento das ações de guerrilhas urbanas e a contenção dos movimentos grevistas através da imposição da lei marcial.

Com o retorno da democracia em 1973, o CHP logrou ser o partido mais votado, tendo obtido uma votação um pouco maior que o AP, mas foi obrigado a montar uma coalizão com outras agremiações menores para ter maioria no Parlamento. Nesse pleito, salienta-se, também, o surgimento do Partido da Salvação Nacional (MSP), herdeiro político do MNP, cujo eleitorado eram os setores religiosos e a pequena burguesia. O MSP chegou a fazer parte do governo CHP (guiado por Bülent Ecevit), mas a aliança logo se desfez em virtude do conflito de projetos que esses partidos representavam. Assim, o governo de Ecevit teve muitas dificuldades para articular uma maioria, e seu

governo foi dissolvido já em 1975, abrindo espaço para que a oposição ascendesse ao poder. No entanto, a crise econômica que assolava o país e as tensões sociais que ressurgiram com a democracia fizeram com que o CHP vencesse as eleições de 1977. Esse resultado também decorria do caráter mais social que o CHP adquirira sob a liderança de Ecevit (ALTUNIŞIK; TÜR, 2005, p. 38 – 40).

O final da década de 1970 em muito se assemelhou ao término do decênio anterior, com o recrudescimento das agitações sociais e a consequente instabilidade política. Além das adversidades econômicas, que radicalizavam os movimentos de esquerda, assistiu-se à emergência do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que reivindicavam a secessão do território turco através de atentados terroristas. Essa organização surgiu de outros grupos marxistas que participavam de guerrilhas urbanas nesse período, mas logo adquiriu um contorno étnico-cultural que perpassava as questões de classe. Com efeito, os curdos – que representam entre 10 e 20% da população da Turquia – vinham sendo discriminados com vigor há muitas décadas, em especial após a ascensão de Atatürk. Desde então, a "turquização" se tornou uma política de Estado, com o banimento da língua e da nacionalidade curdas. Esse problema ainda se exacerbava com o fato de que a situação socioeconômica dos curdos sempre foi desvantajosa em comparação com o resto da nação (KOCHER, 2002. p. 04).

Com o avanço do movimento curdo, a percepção de que a sociedade turca – aqui entendida em seus valores kemalistas – estava a perigo de uma maneira sem precedentes atingia seu zênite, uma vez que o marxismo e o islamismo já representavam um projeto político que ameaçava as bases das elites tradicionais do país. Esse cenário legitimava os militares que defendiam um papel ativo de sua instituição na política nacional, pois o ideário kemalista de fato era desafiado em várias frentes. Dessa forma, mais uma vez, em 1980, as Forças Armadas derrubaram um governo que havia sido democraticamente eleito, novamente sob o pretexto da necessidade de estabilizar o país. Após esse golpe de Estado, porém, nota-se que o prestígio e a influência das Forças Armadas atingiram o seu ápice, mas, nesse momento, também foram plantadas as sementes de seu posterior ocaso, o qual viria a se desenrolar lentamente ao longo das décadas subsequentes (AYDIN, 2005, p. 02 – 03).

A doutrinação ideológica constitui um mecanismo de que os militares sempre se valeram para disseminar o seu projeto político. Em termos educacionais, por exemplo, com o passar das décadas, tornaram-se cada vez mais frequentes as intervenções das Forças Armadas para alterar os livros-textos, de modo a frisar sua primazia e prestígio.

A frase “Todo turco é um soldado nato”, que abria diversos materiais didáticos, é a consubstanciação dessa tática, que atingiu o seu apogeu após o golpe de Estado de 1980, com a aprovação da nova constituição. A partir daí, todos os livros de história e de estudos sociais passaram a dedicar inúmeras páginas a elogios às instituições de defesa e ao “pai da nação”, Atatürk. Por outro lado, as revoluções sociais e os regimes socialistas eram vistos como deturpações nocivas ao progresso e à paz social, que deveriam ser evitados a fim de engendrar as possibilidades para que a Turquia pudesse ocupar uma posição de destaque no cenário internacional.

O temor do avanço do marxismo ensejou uma situação inusitada no aspecto doutrinário aplicado pelos militares após o golpe de 1980. Ao mesmo tempo em que realçava, nos livros didáticos, o destaque das Forças Armadas na história turca, a junta que tomou o poder também engrandeceu o caráter religioso da população do país. Essa medida soa bastante contraditória, dado o receio que o Exército tinha dos grupos islâmicos que condenavam os valores kemalistas. No entanto, naquela conjuntura, o marxismo era o principal causador de preocupações, principalmente quando se sublinha o avanço militar soviético no Afeganistão, que poderia ser porta de entrada para outros Estados no Oriente Médio. À época, na visão das Forças Armadas, era imperativo lançar mão de todas as alternativas possíveis para inviabilizar esse cenário, e a defesa de alguns preceitos religiosos era encarada como uma providência adequada e como um mal menor.

Segundo Eric Rouleau (2000), havia nos círculos militares a ideia de que o crescimento do islamismo se devia, em grande parte, ao cerceamento ao Islã a partir do governo de Atatürk. Essa percepção dava conta de que os islamitas se beneficiavam do cerco à religião, na medida em que podiam argumentar que não propugnavam a instauração da *sharia*, mas sim a permissão para exercer sua fé. As Forças Armadas, logo, imaginavam que a permissão para que o ensino islâmico florescesse enfraqueceria o movimento, pois satisfaria muitas de suas demandas. Pensava-se que a concessão de algumas vantagens aos religiosos seria uma forma de, no longo prazo, deslegitimá-los enquanto organização política. Por outro lado, fortalecer a identidade muçulmana também era uma maneira de desvalidar as aspirações dos grupos que representavam segmentos da sociedade, como os marxistas e os curdistas. Novamente, os militares frisavam o caráter unitário da nação, que era turca e islâmica, vedando o espaço para quem defendesse direitos de classe ou de etnia.

Como será esmiuçado na sequência, a hipótese de que a abertura à liberdade religiosa enfraqueceria o movimento político islâmico não se provou acurada. Na realidade, o que sucedeu foi justamente o contrário: a partir do momento em que o Estado turco reconheceu que sua população é eminentemente muçulmana, os grupos antikemalistas paulatinamente começaram a ganhar espaço e voz. Esse avanço, no entanto, deu-se de forma gradual justamente porque os militares conservavam suas prerrogativas institucionais e ainda dispunham de mecanismos informais para exercer pressão no sistema político. Constatou-se, então, a existência de um movimento contraditório: ao mesmo tempo em que as Forças Armadas firmam sua primazia política, abre-se espaço para que os religiosos tenham mais voz. Essa situação só se explica quando se leva em consideração o receio dos militares em relação ao marxismo e ao curdismo, que ocasionou um subdimensionamento do islamismo.

O apogeu dos militares na política turca se concretizou na aprovação de uma nova constituição em 1982. Esse documento foi elaborado sob a perspectiva de que a instabilidade que assolava o país em termos econômicos, políticos e sociais era fruto da carta magna anterior, que teria descentralizado o poder de maneira excessiva, além de ter ultrapassado os limites no que diz respeito às liberdades individuais. Para os militares, era preciso centralizar o poder, a fim de que o dever de formar coalizões governamentais não acarretasse a ingovernabilidade. Além disso, os direitos civis foram relativizados e reduzidos, para que a população pudesse ser despolitizada, o que era tido como indispensável para pôr fim às tensões sociais. Finalmente, o MGK, outra vez, teve suas funções expandidas, tornando-se o principal órgão para temas de segurança nacional, internos ou externos. Doravante, suas deliberações não podiam ser ignoradas pelo governo, o que fazia com que este constituísse um mecanismo militar dentro do Estado (ÖZCAN, 2007, p. 42 – 43).

A Constituição de 1982 não foi aprovada em termos democráticos, ainda que tenha sido submetida à votação popular. Na realidade, os partidos políticos haviam sido fechados antes da formação da Assembleia Constituinte, que foi formada por setores que representavam as Forças Armadas. Ademais, como sublinha Özbudun (2012a), o documento se notabilizou pela introdução de três mecanismos tutelatórios, cujo intuito era limitar o poder das instituições eleitas. Além do já citado alargamento do Conselho de Segurança Nacional – primeiro dispositivo tutelatório –, vê-se que a Presidência da República foi superdimensionada, de forma a constringer o Parlamento que seria eleito. Como o único candidato a presidente foi indicado pelo Exército, os grupos de oposição

tinham reprimida a sua capacidade de atuação. Por último, o Conselho de Educação Superior fazia com que as posições de direção das universidades se quedassem a cargo do presidente, que poderia escolher, vetar e substituir seus reitores.

Novamente, assistimos a um caso de *tutela militar*, nos termos estabelecidos por Fitch (1998), e ao *poder moderador* de Stepan (1975). Em seu terceiro golpe de Estado, as Forças Armadas outra vez não procuraram se estender no controle do poder, retornando às casernas logo em seguida à aprovação da Constituição que tanto lhes beneficiava. Para viabilizar essa situação, foi decisiva a coesão política que sempre caracterizou os militares turcos, um quadro muito bem descrito por Janowitz (1967). Trata-se de um cenário que não necessariamente é apanágio dos Estados em que o Exército tem predomínio político. No Brasil, por exemplo, Alain Rouquié (1980) constatou a existência de diversas vertentes militares, cada qual com um projeto próprio, ainda que com alguns pontos em comum. Na Turquia, por outro lado, o processo de socialização entre os militares foi mais homogêneo, fazendo com que o kemalismo se tornasse, na prática, consensual.

A chegada de um novo governo militar à Turquia coincide com um importante marco em sua política externa, que se tornou realidade a partir de dois acontecimentos em 1979: a invasão soviética ao Afeganistão e a Revolução Islâmica no Irã. Esses eventos foram integralmente de encontro aos interesses norte-americanos na região, na medida em que representaram um avanço da União Soviética e a perda de um aliado fundamental, o Xá Reza Pahlevi. Nesse contexto, a Turquia se tornava um país capital para Washington, que necessitava de um seguidor em uma região repleta de países que lhe eram hostis. Em virtude disso, em 1980, turcos e norte-americanos firmaram o Acordo de Cooperação Econômica e de Defesa (DECA), que visava à modernização das Forças Armadas da Turquia com auxílio, treinamento e equipamento dos Estados Unidos (DICLE, 2008, p. 31 – 34). Nesse momento, aliás, os militares aproveitaram sua boa reputação e prerrogativa institucional para fomentar o desenvolvimento da indústria de defesa turca, cujas empresas facilitavam o enriquecimento de muitos generais.

Em 1983, a junta militar finalmente abdicou do poder, possibilitando a realização de novas eleições. Nestas, sagrou-se vencedor Turgut Özal, do recém-fundado Partido da Pátria Mãe (ANAP), notadamente menos secular e mais liberal que o CHP. Em essência, Özal comprometeu-se com a manutenção das reformas liberalizantes que haviam sido iniciadas pelos militares, de acordo com as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, nos anos 1980, a Turquia abriu mão de uma

política de substituição de importações em favor de uma estratégia que fomentava a industrialização através da atração de investimentos externos, com o intuito de impulsionar as exportações de produtos manufaturados (ÖNIS, 2005, p. 11 – 14). Essa reorientação da economia turca – além de promover a volta do crescimento econômico – implicou duas expressivas transformações que se perceberiam anos mais tarde: o surgimento de uma nova elite, visto que as novas indústrias se instalaram no interior do país, onde o apego à religião era mais forte, e a criação de uma complementaridade econômica entre a Turquia e seus vizinhos, sobretudo os produtores de energia.

Até o final dos anos 1980, o governo Özal manteve suas principais diretrizes na economia e na política externa, com a continuação da liberalização e das boas relações com os Estados Unidos. Sua administração beneficiou-se das reformas que advieram da nova constituição, as quais centralizaram o poder e facilitaram a aprovação das medidas que o governo propôs. Ademais, essas alterações permitiram que as tensões sociais que estavam onipresentes nas décadas anteriores fossem dirimidas, o que foi muito bem recebido pelas Forças Armadas. No entanto, o mandato de Turgut Özal também foi marcado pelo crescimento da taxa de desemprego e do custo de vida, em função das privatizações de empresas estatais e do corte dos subsídios públicos. Em um contexto político menos democrático, porém, essas dificuldades não se traduziram em grandes pressões ao sistema, diferentemente de outros períodos (LAÇINER, 2009, p. 160 – 163).

A queda do muro de Berlim e o conseqüente desmoronamento do bloco soviético representaram um ponto de inflexão na política turca. Acima de tudo, o final da Guerra Fria e da bipolaridade do sistema internacional esvaziou a necessidade de que Ancara tivesse um protetor contra uma possível investida da União Soviética. Além disso, a falência do socialismo soviético como projeto político desnorteou diversos movimentos sociais e pôs um termo definitivo à ação de grupos revolucionários. Esse fenômeno abrandou os ânimos das elites turcas, as quais haviam apoiado, em três ocasiões, uma intervenção militar por medo de uma revolução social. Entretanto, a permanência do separatismo curdo e do islamismo como ameaças reais ainda asseguravam às Forças Armadas um papel proeminente na política nacional. Na diplomacia, contudo, vê-se que a Turquia manteve laços estreitos com os Estados Unidos – como atesta sua participação na Guerra do Golfo (1990) –, mas também se permitiu lançar mão de uma estratégia mais assertiva, aproximando-se dos Estados vizinhos, sobretudo os "novos", que surgiram com o desmembramento soviético (SAYARI, 2000, p. 169 – 171).

A emergência de um mundo pós-Guerra Fria foi, portanto, um grande baque para os movimentos políticos de esquerda. No entanto, na Turquia, à medida que se aplacavam as tensões entre estratos sociais, se intensificava um debate sobre a identidade no país. Os questionamentos vinham, principalmente, das minorias curdas e dos grupos religiosos, sendo que ambos reprochavam muitos dos preceitos básicos do kemalismo. O separatismo curdo, por exemplo, já vinha tomando uma proporção gigantesca desde o decênio anterior, com a expansão do PKK e de seus atentados terroristas. Essa organização, a propósito, havia transferido suas bases para a Síria, de onde suas lideranças arquitetavam seus movimentos. Essa situação gerou um profundo mal-estar diplomático entre Ancara e Damasco, que estiveram na iminência de um confronto armado em virtude da hesitação síria para extraditar Abdullah Ocalan, líder do PKK (ZAFAR, 2012, p. 150 – 153). De fato, ressalta-se que as rusgas com Estados vizinhos eram menos exceção do que regra para a Turquia, que, além da Síria, também tinha atritos com Grécia, Chipre, Iraque, Armênia, Líbano, além de manter uma relação de baixa intensidade com os outros países ao seu redor.

Ainda a respeito da discussão identitária, observa-se que a derrota do socialismo soviético foi entendida como um sinal da superioridade dos valores liberais e democráticos. Essa mensagem foi apropriada pelos setores islâmicos, que argumentavam que, em uma democracia, não havia justificativa para que seus projetos não estivessem presentes na arena eleitoral. Assim, Necmettin Erbakan, um dos criadores do islamista MNP, organizou o Partido do Bem-Estar (RP), cujos pressupostos se assemelhavam aos de sua antiga agremiação. Em 1995, uma pulverização na votação para o Parlamento fez necessária a formação de uma coalizão governamental, a qual incluiu o RP, que assumiu o poder com Erbakan à frente. Essa aliança permitiu a assunção de um partido com um ideário fortemente antikemalista, que prometia reorientar a política turca, de modo a aproximar o país de outros Estados muçulmanos. Essas mudanças, porém, enfrentavam inúmeras resistências nas Forças Armadas, que ainda dispunham de prestígio e mecanismos institucionais para impedir a aprovação de medidas consideradas como antisseculares (HIRO, 2009, 102 – 103).

Enquanto enfrentava uma série de obstáculos para colocar em prática seus desígnios, Erbakan tratou de utilizar a política externa como um meio promotor de mudanças, acreditando que teria mais autonomia no plano externo do que no interno. Dessa forma, o governo turco anunciou que pretendia construir um gasoduto entre a Turquia e o Irã, justamente quando os Estados Unidos lançaram o Acordo de Sanções

Irã-Líbia, que proibia investimentos externos nesses países. Ao ser pressionado por Bill Clinton para abandonar o projeto, Erbakan rechaçou a tentativa de coação, salientando a importância do gasoduto para a economia turca. Nessa linha, o RP também sugeriu a criação de um Mercado Comum Islâmico, convocando todos os chefes de Estado de países muçulmanos para viabilizar essa iniciativa. Sublinha-se, por fim, que diversos políticos do RP apregoavam o rompimento das relações diplomáticas com Israel, estabelecidas em 1949. Essa proposta motivou a revolta dos militares, que aventavam, ao contrário, um estreitamento de laços com Tel Aviv (DICLE, 2008, p. 69 – 70).

Talvez por receio de um revide das Forças Armadas, Erbakan não levou adiante a possibilidade de romper relações com Israel, e ainda assinou um acordo que reforçava a parceria militar turco-israelense, exatamente nos moldes pretendidos pelos militares. Malgrado o pragmatismo de Erbakan, as dúvidas e desconfianças em relação às suas intenções continuaram a pairar sobre as elites seculares, que apenas esperavam por um ensejo para destituir o RP do poder. Este surgiu em fevereiro de 1997, após a realização de um evento no qual se encontraram as principais lideranças islâmicas da Turquia. Esse acontecimento foi marcado pela veiculação de imagens em defesa do Hamas e do Hezbollah, que foram denunciadas pelos grupos seculares como a evidência definitiva de que o RP pretendia instaurar uma República islâmica. Em vista disso, o Exército enviou tanques e tropas às ruas e depôs o governo, no que veio a constituir sua última intervenção bem sucedida na política nacional (BURAK, 2011, p. 152 – 155).

A ação militar que sacou Erbakan foi considerada como um “golpe pós-moderno”, pois não apresentou as mesmas características das anteriores. Nota-se, acima de tudo, que os generais, dessa vez, não assumiram o poder, mas forçaram a demissão de Erbakan, sem causar um rompimento direto com a estrutura institucional vigente. Assim, o presidente turco teve de indicar um novo primeiro ministro, Mesut Yılmaz, que era o chefe do ANAP. Na sequência, a Corte Constitucional determinou que o RP havia agido contrariamente aos princípios seculares, o que ocasionou a sua proscrição. Ademais, Erbakan ficou proibido de participar da política turca durante os cinco anos seguintes. Devido ao fechamento do RP, a maior parte de seus membros ingressou no Partido da Virtude (FP), onde se destacavam as figuras de Abdullah Gül e Recep Tayyip Erdoğan – prefeito de Istambul –, que seriam líderes do governo poucos anos depois. Os condutores do FP argumentavam que esta agremiação divergia do RP porque favorecia a integração total da Turquia com o Ocidente (HIRO, 2009, p. 105 – 106).

As características específicas da deposição de Erbakan revela uma transição na Turquia, na medida em que a *tutela militar* começava a dar lugar à *subordinação condicional* (FITCH, 1998), na qual a intervenção política das Forças Armadas só se dá em condições especiais e é marcada por um grau maior de discricção, uma vez que estas já não assumem o poder abertamente, ainda que não se constringam em evitar a ascensão dos grupos rivais. Essas mudanças, todavia, se explicam mais por razões externas do que pelos desdobramentos internos da Turquia nos anos 1990. Afinal, passada a Guerra Fria e findo o temor da ameaça comunista, um golpe militar já não podia ser justificado tão facilmente para as democracias ocidentais, por mais que a emergência de um governo islâmico também viesse de encontro aos seus interesses. De qualquer modo, um limite real se impunha à ação política dos militares, sinalizando transformações pertinentes para as relações civis-militares.

O “golpe brando” que removeu Necmettin Erbakan do poder, também conhecido como o “processo de 28 de fevereiro”, não pode ser entendido sem que se avalie o papel da imprensa e do Conselho de Segurança Nacional. De fato, durante o breve período em que Erbakan foi primeiro-ministro, o MGK reuniu-se frequentemente para debater os rumos do país e evitar sua islamização. Após as viagens do premiê turco à Líbia e ao Irã, recrudescer o temor de que a Turquia estivesse abdicando de suas bandeiras históricas de defesa da secularidade, o que elevou a pressão sobre o governo do país. Nesse ínterim, os militares agiam através dos grupos midiáticos que lhes eram simpáticos, enfatizando os perigos do islamismo e tratando a secularidade como pré-condição para a democracia. Essa postura visava não apenas à desestabilização de Erbakan, mas também à preparação para a sua destituição. No último dia de fevereiro, então, o alto comando do MGK emitiu um memorando exigindo a queda do RP, que imediatamente acatou a determinação (BURAK, 2011, p. 152 – 154).

O aparato pedagógico também foi alvo da ação dos militares após a intervenção de 1997. Dessa vez, porém, o marxismo já não representava uma ameaça potencial à estabilidade da República da Turquia, mas sim o islamismo, que vinha progredindo nos anos anteriores. Assim, houve uma profunda alteração curricular na educação básica, fundamental e média, que passou a alertar sobre os perigos do islamismo e dos movimentos separatistas. Ademais, os cursos sobre a vida e o pensamento de Atatürk foram privilegiados, ao passo que o ensino religioso foi praticamente abolido nas escolas públicas. Ainda nessa linha, os reitores das principais universidades turcas foram cuidadosamente escolhidos entre as personalidades kemalistas mais significativas

nos círculos acadêmicos e houve um zelo para que professores religiosos não tivessem atribuições de relevo no âmbito universitário (CIZRE; ÇINAR, 2003, p. 312 – 313).

Em 2001, o fracasso do Partido Democrático de Esquerda (DSP) – que vencera as eleições gerais de 1999 – em formar uma coalizão governamental abriu espaço para que o FP tivesse a oportunidade de escolher o Primeiro Ministro. Nessas circunstâncias, todavia, a Corte Constitucional antecipou-se à sua ascensão e decidiu que o partido havia se tornado um centro para atividades antisseculares, determinando sua interdição. Posteriormente, os 99 deputados do FP se dividiram em dois novos partidos: 48 criaram o Partido da Felicidade (SP) e 51 (dentre os quais Gül e Erdoğan) formaram o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). Conquanto as duas agremiações em questão sejam críticas ao kemalismo tradicional e vinculadas a setores religiosos, o AKP diferia do SP por adotar uma estratégia mais moderada, rejeitando o islamismo e garantindo a separação entre Estado e Igreja. Essa comedição angariou apoio para o AKP que, no pleito de 2002, não só foi o partido mais votado, como logrou obter a maioria no Parlamento, o que lhe permitiu governar sem uma coalizão, situação inédita na história da Turquia (MANGO, 2004, p. 102 – 103).

2. O AKP NO PODER: OCASO DOS MILITARES E POLÍTICA EXTERNA DA PROFUNDIDADE ESTRATÉGICA

No momento em que o AKP chegou ao poder na Turquia, havia um quadro de domínio das Forças Armadas na política nacional, o que se atesta pelas quatro intervenções diretas que a instituição realizou desde 1960. Conforme analisado, esse papel se consolidara ao longo das décadas, desde a emergência de Kemal Atatürk até a publicação da Constituição de 1982, que consagrou os militares como fiéis da balança da integridade da República e da manutenção do secularismo. Esse cenário derivava do temor que as elites turcas tinham do marxismo, do separatismo curdo e do islamismo, os quais eram combatidos pelo Exército. Na política externa, mantinha-se desde o início da Guerra Fria um panorama de alinhamentos com os Estados Unidos e seus principais aliados. Ademais, desde os anos 1980, a Turquia manifestava seu intento de ingressar na União Europeia, mas, até hoje, enfrenta muitas resistências para concretizar seu objetivo. Oficialmente, aliás, a pressão que os militares exercem no sistema político turco é apontada como um elemento de déficit democrático, que precisa ser corrigido para que a candidatura turca seja viável (GÜRSOY, 2012, p. 740 – 741).

O panorama político da Turquia às vésperas da eleição do AKP era marcado pela existência de um Estado praticamente monolítico, a despeito de a sociedade turca ser plural. Como ressaltava Özbudun (2012b), essa oposição surgiu com o enraizamento do kemalismo, uma vez que o Império Otomano se caracterizava justamente pela convivência pacífica entre grupos sociais bastante distintos. Em sua perspectiva, a ideologia kemalista era composta por seis princípios, adotados no Congresso do CHP em 1931 e incorporados à Constituição de 1937: republicanismo, nacionalismo, populismo, estatismo, secularismo e transformacionismo. Essas diretrizes espelhavam a aspiração de construir uma comunidade concomitantemente antiliberal e antissocialista, que obstruísse a luta de classes através de algumas concessões aos trabalhadores, mas de uma limitação estrita do movimento laboral.

Esses elementos assinalavam um componente bastante autoritário e organicista, que não reputavam nas diferenças entre os agentes sociais uma possibilidade de avanço, mas sim de quebra da hierarquia e de desordem. Esse viés era caro ao CHP, que tradicionalmente não se comportava como um partido tradicional (representante de uma parte da sociedade), mas sim como um guia e um educador, que deveria contemplar os interesses de todos. A dominação do CHP, logo, seria muito menos a tradução da vitória do projeto político (eleito democraticamente) de uma parcela da população do que a execução do ideário de uma elite que não representava o povo, mas o ensinava e doutrina. De certa forma, o CHP era uma agremiação política que rejeitava a atividade política, tida como gananciosa e interesseira. Nota-se, dessa feita, uma correspondência entre os seus valores e os das Forças Armadas, que também sempre repugnaram as corriqueiras atividades político-partidárias dos países mais democráticos (ÖZBUDUN, 2012b).

Como visto na introdução, a hipótese que norteia este artigo é de que as mudanças na política externa turca desde 2002 se tornaram possíveis, principalmente, em virtude da alteração da correlação de forças entre civis e militares na política do país. De fato, o governo do AKP assinalou-se, dentre outros fatores, pela promoção de reformas que visavam à limitação da participação das Forças Armadas na política. A aprovação dessas medidas, contudo, não foi simples, pois os militares em diversos momentos procuraram obstaculizá-las. Em algumas circunstâncias, inclusive, houve tentativas frustradas de depor o AKP ou de impedi-lo de se sagrar vitorioso nas eleições de que participou. O fracasso desses intentos, logo, pode ser interpretado como um sintoma da decadência das Forças Armadas enquanto ator político. Em 2013, por

exemplo, após a maior onda de manifestações populares da história do país – o que teria causado a derrubada de qualquer governo em outros períodos –, não se verificou a existência de nenhuma tentativa de golpe, um definitivo indício de transformações.

A política externa turca a partir de 2002 tem uma base teórica, a “Teoria da Profundidade Estratégica” (cunhada de neo-otomanismo), formulada por Ahmet Davutoğlu, acadêmico turco que se tornou Ministro das Relações Exteriores em 2009 e Primeiro-Ministro em 2014. O autor argumenta que o final da Guerra Fria representou uma oportunidade ímpar para a Turquia em termos regionais, na medida em que tornou desnecessário o alinhamento incondicional com os Estados Unidos. Ancara, então, deveria estreitar laços comerciais com os seus vizinhos, principalmente os novos países que surgiram na Ásia Central com o desmembramento da União Soviética. Essa política seria necessária para demonstrar que a Turquia é muito mais do que uma ponte entre o Oriente e o Ocidente, pois é um Estado que tem recursos e condições para exercer uma estratégia regional assertiva e de liderança, contribuindo para a resolução de conflitos. Para tanto, os turcos careciam de uma doutrina de “nenhum problema com os vizinhos”, uma realidade distante àquele momento (BARAN et al., 2008, p. 08 – 10).

A perspectiva de Davutoğlu era muito distinta da adotada pelas Forças Armadas, que justificavam sua aliança com Estados Unidos e Israel alegando ser essa a única maneira de proteger a Turquia de confrontos com seus vizinhos. O AKP sempre rejeitou esse entendimento, hegemônico nos círculos militares. De acordo com suas lideranças, a Turquia não era um país europeu ocidentalizado que estava circundado por Estados islâmicos beligerantes. Embora não apregoasse uma reversão nos atributos seculares da República, o AKP nunca escondeu seu caráter muçulmano, argumentando que a religião comum aproximava os turcos de seus vizinhos. Houve, nesse ponto, uma significativa virada, pois o governo de Erdoğan teve muito sucesso em sua estratégia de “nenhum problema com os vizinhos”, ao menos até o início da Primavera Árabe. Em 2010, Ancara encontrava-se em uma situação muito confortável, tendo eliminado todas as tensões regionais que permearam os períodos anteriores. Nessas circunstâncias, a sensação de insegurança se dissipara, eliminando a necessidade de uma aliança inquebrantável com Estados Unidos e Israel (BALCI; KARDAŞ, 2012, p. 110 – 111).

Repara-se, então, que a visão de Davutoğlu se escorava nas novas características da sociedade internacional – o fim da bipolaridade – e econômicas internas da Turquia – crescimento via fomento da exportação de produtos industrializados. Por um lado, a queda da União Soviética não só acarretou o surgimento de novos países, mas os

colocou no tabuleiro das relações internacionais centro-asiáticas, prontos para serem cobiçados por potências com pretensões hegemônicas. Igualmente, a emergência de um mundo pós-bipolar fez com que Ancara não mais precisasse balizar suas ações de acordo com as preocupações norte-americanas. Por outro lado, sob o prisma econômico, nota-se que as mudanças introduzidas por Turgut Özal começaram a se fazer sentir, pois a indústria turca se dinamizou, sendo capaz, a partir de então, de suprir a carência de artigos manufaturados nos países adjacentes. Nesse momento, os empresários turcos também passaram a pressionar o governo para que pudessem realizar, com mais robustez, investimentos externos (BARKLEY, 2011, p. 04 – 06).

À luz do exposto, evidencia-se que a Turquia entrava no século XXI em um contexto em que se acirrava um debate entre secularistas (capitaneados pelas Forças Armadas e seus aliados) e religiosos (arregimentados em torno do AKP). Na política externa, os dois lados já haviam cristalizado suas posições em torno da manutenção de vínculos inextricáveis com Estados Unidos e Israel – projeto dos militares – e a adoção de uma estratégia mais autônoma e assertiva, que priorizava a aproximação diplomático-comercial com os Estados vizinhos – programa do AKP. Todavia, dada a expressão política das Forças Armadas, aos religiosos não bastava se eleger para implantar seu plano de governo, pois poderiam, a qualquer momento, sofrer um golpe, ou ter suas medidas obstadas por instituições kemalistas. Assim, como será esmiuçado a partir de agora, as transformações da política externa turca só puderam se intensificar e deitar raízes quando se modificaram as relações entre civis e militares no país.

Conquanto a administração do AKP tenha proporcionado as mais significativas alterações no sentido de alijar os militares da política nacional, é imperativo frisar que esses câmbios começaram, na verdade, antes que o partido alcançasse o poder. Em 1999, o Exército turco capturou Abdullah Ocalan, a principal liderança do PKK, no que constituiu uma de suas mais importantes vitórias, pois a prisão de Ocalan desorganizou a organização curda, que passou a ter muitas dificuldades para continuar a sua luta. Por mais paradoxal que possa parecer, essa vitória acabou trazendo efeitos perversos para os militares. Isto porque as suas ingerências sempre se justificaram em decorrência da aflição que os movimentos antikemalistas proporcionavam. Porém, como o marxismo já não representava uma ameaça há muito tempo, a derrocada do secessionismo curdo fazia com que o islamismo permanecesse como o único perigo real (BALCI; KARDAŞ, 2012, p. 109 – 110).

O triunfo do Exército turco sobre o PKK permitiu ao governo do país encetar um conjunto de reformas cuja finalidade era promover a democratização e a expansão das liberdades individuais, inclusive de grupos minoritários. Essa estratégia derivava do esforço para que a Turquia pudesse ser um membro da União Europeia. Para tanto, o país deveria se adequar aos Critérios de Copenhague, que consideravam a excessiva participação das Forças Armadas na política um fenômeno inaceitável. Os europeus reprochavam as prerrogativas do Conselho de Segurança Nacional, que influenciava sobremaneira o governo em termos de política externa e na questão curda. Então, com o intuito de atender aos Critérios de Copenhague, o governo elevou o número de membros civis do MGK e retirou o requerimento que dizia que as suas decisões deveriam ser "prioridade absoluta" da administração pública (JENKINS, 2007, p. 346).

A introdução dessas modificações teve, de maneira geral, a aquiescência das Forças Armadas. Ainda que essa aceitação possa soar estranha, é imperativo sublinhar que os militares sempre foram favoráveis à admissão da Turquia pela União Europeia, um passo a mais rumo à modernização e à ocidentalização. Ademais, o sucesso na guerra contra o PKK encheu os militares de confiança, na crença de que seus inimigos não mais tinham condições de abalar as bases da República secular. Em sua visão, nem mesmo os setores islâmicos representavam uma ameaça tão significativa, na medida em que a Corte Constitucional dispunha dos meios necessários para proscrever os partidos políticos dessa vertente. Não obstante, alguns grupos minoritários e mais radicais do Exército mostraram seu desacordo com a instauração dessas reformas, considerando que o afastamento dos militares da política era um preço muito alto a pagar pelo alinhamento com os preceitos da União Europeia (GÜR SOY, 2012, p. 745 – 746).

Enquanto despertava essa troca de paradigmas, a população turca assegurava a vitória do AKP nas eleições parlamentares, permitindo a volta de um grupo político ligado a setores religiosos. Nesse aspecto, todavia, faz-se necessária uma ressalva importante, uma vez que o AKP representava uma nova geração do movimento islâmico na Turquia. Com efeito, após a intervenção militar de 1997, houve uma cisão no grupo que anteriormente formara o RP, pois mais da metade de seus parlamentares passou a questionar a liderança de Erbakan e seus correligionários mais próximos (JENKINS, 2007, p. 347 – 348). Esses políticos, que fundaram o AKP, asseveravam que o RP havia radicalizado seu plano de governo, facilitando a tarefa da oposição e das Forças Armadas. Desse modo, Gül e Erdoğan, cérebros da agremiação, sempre enfatizaram que, embora defendessem as manifestações religiosas, rejeitavam o islamismo como

estilo de governo. Em sua visão, o Islã estava para o AKP assim como o cristianismo para os partidos democratas cristãos da Europa.

A luta do AKP visava, primordialmente, à reforma da secularidade na Turquia. Isto porque, no país, ela não era tão somente um mecanismo de separação entre Estado e Igreja, mas sim um instrumento de limitação à liberdade religiosa. Kuru & Stepan (2012), por exemplo, analisam a laicidade na França, no Senegal e na Turquia, frisando as diferenças em cada um desses países. Os autores asseveram a existência de dois tipos distintos de secularidade, o ativo e o passivo. Enquanto este se define pela imposição de uma barreira intransponível entre a religião e o Estado, de modo a assegurar a isonomia e a independência estatal, aquela se assinala por um governo que se impõe para circunscrever a liberdade de credo. Assim, Senegal pertenceria ao segundo grupo, ao passo que França e Turquia seriam os maiores representantes do primeiro, na medida em que ambos colocariam grandes restrições às práticas religiosas, ainda que por razões e meios muitas vezes díspares.

Os pesquisadores apontam que a diferença entre a laicidade ativa e passiva se deve à presença ou não de um Antigo Regime na história desses países. França e Turquia, por exemplo, tinham uma casta religiosa que dispunha de grande influência sobre os rumos políticos nos seus Estados, enquanto que o Senegal nunca teve uma classe com esses atributos. Nessas circunstâncias, após a chegada de governos revolucionários que tencionavam um novo modelo de sociedade, as lideranças turcas e francesas fizeram de tudo para manter os segmentos religiosos afastados. Apesar dessas semelhanças, entretanto, observa-se que, na Turquia, o esforço para sufocar os setores islâmicos foi ainda maior do que na França em relação aos católicos, com a criação de instituições desenhadas para mantê-los longe do poder, cenário que só começou a ser modificado a partir a administração de Erdoğan (KURU; STEPAN, 2012).

Tão logo iniciou seu governo, o AKP tratou de dar continuidade às transformações que haviam iniciado na virada do século. Em primeiro lugar, vê-se que o partido dedicou-se para possibilitar a assunção de Erdoğan como Primeiro-Ministro, uma vez que o ex-prefeito de Istambul havia perdido seus direitos políticos após ler em praça pública um poema de conteúdo islâmico. Esse objetivo foi atingido logo nos primeiros meses, e Erdoğan tornou-se o líder do governo ainda em 2003. Nesse mesmo ano, o Parlamento aprovou um pacote de medidas – inspirado nas recomendações dos Critérios de Copenhague – que modificava ainda mais o Conselho de Segurança Nacional, convertendo-o em um órgão meramente consultivo, sem capacidade de impor

sua agenda ao governo. Em 2004, uma nova rodada de emendas excluiu um conjunto de cortes militares (muito utilizadas após os golpes de Estado) e retirou os militares do Conselho de Educação Superior e do Alto Conselho de Rádio e Televisão (KURU, 2012, p. 47).

Em um primeiro momento, a introdução dessas mudanças foi apoiada até mesmo pelo CHP – partido que sempre representou os interesses das Forças Armadas na Turquia – e por grupos midiáticos que tradicionalmente apoiaram as intervenções militares na política. Essa posição, que causa uma estranheza inicial, também tem a ver com o intuito de favorecer a integração de Ancara aos ditames da União Europeia, o que não poderia se realizar de outra forma. Além disso, essas primeiras alterações não implicavam uma completa desmilitarização da política turca, mesmo que trouxessem indicações nesse sentido. Os militares, no entanto, já começaram a perceber que o país havia entrado em uma rota que não lhe era favorável, o que tenderia a se agravar nos anos subsequentes se nada fosse feito. Posteriormente, já ciente das intenções do AKP e de sua capacidade de implementá-las, o CHP se firmou como crítico de novas alterações e buscou, sem sucesso, obstaculizá-las (KURU, 2012, p. 47 – 48).

A despeito dessas reformas institucionais, os militares continuaram a exercer uma pressão informal sobre o sistema político, através de declarações individuais em aparições na mídia. Afinal, malgrado os sinais de um novo tempo, as Forças Armadas não construíram sua legitimidade através apenas da institucionalidade, sendo esta, na verdade, mais uma consequência do que uma causa de seu prestígio. Conforme visto, os militares tiveram êxito em se mostrar para as elites turcas (e para boa parte da população) como defensores fidedignos da República, o que lhes permitiu tecer os mecanismos legais para exercer o seu poder. Portanto, mesmo quando essa engrenagem começou a ser desbaratada, a persistência de procedimentos sub-reptícios serviu como um fundamento para a ação dos militares. Esse fenômeno, por mais que dificultasse a consecução do propósito do AKP, acabou abrandando os ânimos dos setores que, porventura, quisessem derrubar o governo (GÜRSOY, 2012, p. 745 – 747).

A inação dos militares nesse primeiro momento de perda relativa de poder não é explicada somente pela manutenção de uma margem de manobra através de meios alternativos, mas também pelo sucesso do AKP em propiciar um governo marcado pela estabilidade política e pela prosperidade econômica. Esse cenário era bastante incomum na história do país, principalmente em períodos recentes. Com efeito, a década de 1990 assinalou-se por uma permanente estagnação econômica, que ocasionou muitas

dificuldades para os partidos políticos, que não conseguiam formar gabinetes regulares. Nem mesmo após o golpe de 1997 constatou-se o surgimento de um governo sólido, o que foi prejudicial à imagem das Forças Armadas. Dessa maneira, com a singularidade das eleições de 2002 – nas quais apenas o AKP e o CHP venceram a cláusula de barreira, o que permitiu que Erdoğan pudesse governar somente com o seu partido –, os anos iniciais do século XXI viraram sinônimo de harmonia e progresso na Turquia, um alvo perseguido desde sempre pelos militares (GÜRSOY, 2012, p. 746 – 748).

Anteriormente, vimos que o militarismo se beneficiava amplamente da má reputação de que os políticos gozavam na Turquia, a qual se devia à instabilidade com a qual estava associada a democracia partidária. Nesse quadro, o Exército lograva manter uma imagem institucional muito positiva, que lhe facultava agir de acordo com seus intuítos, mesmo que sob a justificativa de atuar em prol da nação. Esse panorama começou a alterar-se com o ineditismo do AKP, que soube conciliar estabilidade, crescimento econômico em um contexto não ditatorial. A partir daí, o sentimento de rejeição à política arrefece em proporção com o aumento do descrédito das Forças Armadas, o que evidentemente favoreceu a administração de Erdoğan. Logo, o AKP impulsionava o seu programa à medida que tinha sucessos nas áreas econômica, política e social, que lhe garantiam respaldo e legitimidade.

Outro fator de grande relevo para evitar que as Forças Armadas fossem capazes de interromper o curso de transformações na democratização das relações civis-militares se encontra na circulação de elites da sociedade turca. Anteriormente, comentamos que, em todas as vezes em que um governo democrático acabou deposto (1960, 1971, 1980 e 1997), havia uma coordenação de interesses entre as elites nacionais e os militares. Por certo, desde 1923, o grosso da elite turca (empresários, acadêmicos e representantes da mídia) encampava os valores kemalistas, sempre receando o avanço de grupos marxistas, curdos ou islâmicos. No entanto, desde o governo de Turgut Özal, quando se procedeu à liberalização econômico-comercial, com o fito de promover o crescimento via aumento de exportações, aflorou uma nova elite, proveniente de regiões onde o Islã era mais arraigado. Lentamente, esse grupo passou a ocupar os espaços antes reservados aos kemalistas, minando a base de sustentação às Forças Armadas e fortalecendo os segmentos religiosos (GÖLE, 1997, p. 55 – 57).

Mesmo que a circulação de elites seja um ponto determinante para a ascensão e sustentação do AKP no médio e longo prazo, é crucial salientar que o apoio societal ao partido caracteriza-se por um acentuado grau de heterogeneidade. Bem como as novas

elites que surgiram da abertura econômica e do processo de industrialização voltado para a exportação, os segmentos menos abastados da população turca são parte significativa do esteio do AKP. Eleitoralmente, a principal parcela da votação da agremiação vem desses grupos, nos quais o sentimento islâmico encontra-se bem mais arraigado. Por outro lado, as novas elites econômicas dão suporte material e ideológico ao partido, através de doações oficiais e de uma crescente participação na mídia local. Nos últimos anos, vários veículos de comunicação foram comprados por antikemalistas, que apoiam o programa do governo incondicionalmente, sobretudo nos momentos de maior embate com a oposição e as Forças Armadas (BARAN, 2010, p. 75 – 77).

A disputa entre o AKP e os militares exacerbou-se em 2007, quando o partido nomeou Abdullah Gül como presidente do país, cargo até então ocupado pelo kemalista Ahmet Sezer, seu adversário político. Apreensivos com a possibilidade de que o AKP dominasse o Parlamento e a presidência, generais do Exército publicaram uma nota em seu sítio na Internet, afirmando que estavam dispostos a frustrar esse intento. Ao mesmo tempo, a Corte Constitucional declarou inválida a eleição, alegando que não havia parlamentares o bastante para ratificar a vitória de Gül, e milhares de manifestantes saíram às ruas para protestar contra o AKP, ainda que muitos se opusessem à sua destituição, gritando "não à *sharia*, não ao golpe". Pressionado pelos acontecimentos, Erdoğan aceitou a decisão da Corte Constitucional, mas adiantou em alguns meses as eleições parlamentares. Então, acusando a oposição de golpista e enfatizando a democracia, o AKP novamente superou seus adversários, atingindo 46,7% dos votos, contra 20,8% do CHP. Assim, munido pela sanção popular, o partido, dessa vez, pôde garantir a posse de Gül como novo presidente (BARAN, 2008, p. 65 – 68).

Estimulado por ter, simultaneamente, a maioria no Parlamento e o controle da presidência – cenário *sui generis* na história republicana da Turquia –, o AKP redobrou esforços para levar adiante suas propostas para ampliar a liberdade religiosa do país. Em janeiro de 2008, seus parlamentares aprovaram um projeto que levantava o banimento ao uso do véu em universidades, no que foram elogiados pela União Europeia, mas duramente criticados por militares e políticos do CHP, que, através do procurador Abdurrahman Yalçinkaya (um ferrenho kemalista), entraram com uma representação contra o AKP na Corte Constitucional, demandando o fechamento do partido sob a justificativa de que se tornara um foco de atividades antisseculares. Na sequência, após um tenso período de debates e em uma apertada votação (sete votos a seis), a Corte

Constitucional indeferiu o pedido de Yalçinkaya, fazendo com que o AKP fosse o primeiro partido islâmico a resistir a esse tipo de processo (BARAN, 2010, p. 68 – 70).

O governo de Erdoğan não esmoreceu com a tentativa de seus opositores e manteve a estratégia de promover reformas que limitassem a participação das Forças Armadas na política, ciente de que essa era a única maneira de minimizar concretamente a possibilidade de um golpe. Anteriormente, viera à tona o Caso Ergenekon, que compreendia um conjunto de indícios que demonstravam que um grupo de militares e civis que haviam tramado para derrubar o governo, através de protestos e atentados terroristas. De acordo com as evidências encontradas, Ergenekon era visto como um Estado dentro do Estado, em atuação há duas décadas. Supostamente, os últimos planos teriam sido elaborados em 2003, e consistiam na derrubada de um avião turco no Mar Egeu (com o fito de responsabilizar a Grécia e criar um atrito diplomático) e um atentado a mesquitas em uma sexta-feira, dia sagrado para os muçulmanos (UZUN, 2010, p. 01 – 02).

Nessa mesma linha, poucos anos depois, aflorou o Caso Balyoz, que também descortinava as ações de grupos dentro das Forças Armadas que trabalhavam para dar um golpe de Estado. Além da gravidade intrínseca dessas acusações, que já despertavam questionamentos em relação ao papel dos militares na política nacional, esses escândalos ensejaram um acalorado debate sobre como se deveria proceder ao julgamento dos envolvidos. Até então, membros do Exército só poderiam ser julgados por cortes militares. Ademais, mesmo em contexto de paz, civis não estavam livres de ser julgados por tribunais militares, caso fossem acusados de crimes lesa-pátria ou contra agentes das Forças Armadas. Em 2009, então, o Parlamento aprovou uma lei que determinava que cortes civis poderiam julgar militares em tempos de paz, assim como as tribunais militares não mais teriam prerrogativas para processar civis, a menos que a Turquia esteja em guerra (AYDIN-DÜZGİT; KEYMAN, 2014, p. 05 – 06).

O AKP manteve o empenho em suprimir as regalias e as prerrogativas especiais de que dispunham os militares em seu exercício de poder. Em janeiro de 2010, o Parlamento turco aboliu o Protocolo sobre a Cooperação para a Segurança e a Ordem Pública (EMAYSA), que facultava às Forças Armadas conduzir operações para combater ameaças de segurança interna sem consulta prévia às autoridades civis. Em seguida, as decisões da Suprema Corte Militar passaram a ser supervisionadas com mais rigor por juízes civis, uma vez que normalmente tinham um viés político e pró-militar, ao invés de seguir critérios imparciais, objetivos e técnicos (INDEPENDENT

COMMISSION ON TURKEY, 2014, p. 12 – 13). Seguramente, a introdução dessas alterações jurídico-políticas foi impulsionada pelas circunstâncias, que eram favoráveis ao programa do AKP e prejudiciais aos seus adversários.

De fato, a descoberta dos Casos Ergenekon e Balyoz foi muito nociva à imagem das Forças Armadas, que era praticamente imaculada para uma ampla parcela da população turca. Esse dano se explica quando se tem em conta que os militares sempre acusaram seus opositores de agir através de métodos terroristas, e a revelação de que seus partidários também se valiam de táticas análogas decepcionou seus admiradores. Os parlamentares do CHP e muitos oficiais de alto escalão, não obstante, argumentaram que o escândalo havia sido plantado por militantes do AKP, e que as investigações não foram conduzidas em consonância com os procedimentos democráticos. Em outras palavras, a oposição asseverava que o inquérito não tinha embasamento adequado e que refletia um crescente autoritarismo do AKP no poder. Independentemente da validade dessa interpretação, o que se notabiliza com esse caso é a diminuição da atuação dos militares mesmo por meio de mecanismos informais, reservando esse expediente para preservar seu prestígio institucional (YILDIZ, 2012, p. 34 – 35).

Imbuído com o espírito reformista, o AKP convocou, em 2010, um plebiscito alvejando modificar a Constituição, sob o pretexto de fomentar a democratização e a adequação da legislação turca às exigências da União Europeia. Dentre as principais alterações propostas destacam-se a extensão de liberdades individuais – como a proteção à privacidade e a garantia do direito à greve – e a reestruturação da Corte Constitucional, cujo tamanho saltou de onze para dezessete juízes, sendo a maioria apontada pelo Parlamento, o que, na prática, dificulta o banimento de partidos políticos, ainda que não o proíba. Na realidade, paradoxalmente, o AKP não propôs o fim da possibilidade de interditar as agremiações políticas, pois teme o recrudescimento dos problemas envolvendo a questão curda e quer manter essa alternativa na mesa. Naturalmente, o CHP e outros kemalistas reprovaram o plebiscito, contestando a constitucionalidade de diversas emendas contidas no projeto. Ainda assim, o referendo foi aprovado por 58% dos eleitores, ratificando os desígnios políticos do AKP (CNN, 2010).

A chancela popular às reformas constitucionais não arrefeceu o espírito reformista da administração de Erdoğan no tema das relações civis-militares. No final do mesmo ano, o governo sancionou a Lei sobre a Corte dos Auditores, que tratava do orçamento das Forças Armadas. Historicamente, os militares logravam determinar as

suas despesas sem a necessidade de validação do poder civil. Desse modo, mesmo em uma eventual conjuntura de crise fiscal, o governo se via impossibilitado de cortar gastos nessa área. Havia, também, muitas dúvidas no tocante à lisura do processo, dada a falta de transparência que lhe era característica. A nova lei, portanto, permitia a formação de equipes para investigar a regularidade dos desembolsos passados, bem como avaliar a imposição de dispêndios extraorçamentários (EUROPEAN COMMISSION, 2011, p. 13).

A participação institucional direta das Forças Armadas na política turca também sofreu um baque quando o governo homologou uma norma que permitia o processo, julgamento e punição aos envolvidos nos golpes de Estado de 1980 e 1997, que gozavam de imunidade até então. Em 2013, assim, dois oficiais supostamente implicados na intervenção de 1980 e 103 acusados de derrubar Erdogan começaram a ser investigados oficialmente. Em julho, por fim, o Código de Serviços Internos das Forças Armadas – que regulava as suas funções e legitimava suas ingerências políticas – foi modificado, redefinindo as atribuições do serviço militar obrigatório e proibindo expressamente a participação de militares na política nacional. Somadas às outras transformações, essas medidas indicam que a Turquia tem caminhado cada vez mais em direção à submissão das Forças Armadas às autoridades civis, como sempre tencionou o AKP (EUROPEAN COMMISSION, 2013, p. 10 – 11).

Malgrado esse vasto conjunto de reformas, salienta-se que ainda há, na Turquia, mecanismos pelos quais os militares conseguem conservar certo poder. A Fundação das Forças Armadas Turcas (TAFF) e o Fundo de Pensão e Assistência das Forças Armadas Turcas (OYAK) permanecem como instituições econômicas lucrativas, ainda que não tenham de pagar impostos. Considerando-se o tamanho da indústria de defesa turca (que tem negócios com algumas das maiores empresas do setor) e que tradicionalmente o orçamento militar não estava sujeito à aprovação do governo, pode-se ter uma imagem da pujança econômica dessas fundações. Além disso, até agora, tanto a OYAK quanto a TAFF têm se quedado à margem das auditorias que o AKP realiza nos gastos militares, permitindo que as Forças Armadas preservem seu braço financeiro, apesar do esforço de Erdogan no sentido contrário (ÖZPEK, 2014, p. 08 – 09).

Em nível social e simbólico, também devemos frisar a continuação de alguns elementos do militarismo que resistiram à ascensão do AKP e dos segmentos religiosos. Destacam-se, dentre estes, o serviço militar, que segue obrigatório e sujeita todos os cidadãos masculinos. A Turquia tem 405 mil soldados recrutados e 670 mil pessoas

envolvidas diretamente com as Forças Armadas, um contingente muito alto em patamares absolutos e relativos. De acordo com Özpek (2014), o serviço militar obrigatório é um instrumento de prestígio para os militares, que o utilizam como forma de propagação de seu ideário político, uma vez que são realizados cursos, seminários e outras atividades para inculcar nos recrutas os paradigmas que permeiam sua visão de mundo. Em larga medida, a obrigatoriedade de servir às Forças Armadas funciona complementarmente à educação básica, que já impõe às crianças a perspectiva de que "todos os turcos são soldados natos".

É claro, por conseguinte, que os militares ainda conservam uma autonomia política, que contrasta com um quadro de controle civil absoluto. Ainda assim, os conceitos teóricos que utilizamos na primeira seção do artigo já não têm mais correspondência empírica. No caso dos paradigmas de Samuel Fitch (1998), para exemplificar, a *tutela militar* foi definitivamente abandonada, e o *controle democrático* já se encontra no horizonte político da Turquia. Igualmente, vemos que as Forças Armadas não são o *poder moderador* (STEPAN, 1975) que um dia foram, uma vez que estão à margem do processo decisório, sem condições de impedir a aprovação de projetos que não sejam de seu agrado. Agora, então, a Turquia situa-se cada vez mais perto de uma situação de *controle civil objetivo*, tal como proposto por Huntington (1954), desde que sejam continuadas as reformas que o AKP intensificou.

O triunfo do AKP não se limitou à garantia da estabilidade política e do crescimento econômico, bem como do alijamento das Forças Armadas das instituições políticas turcas. Efetivamente, o partido de Erdoğan auferiu todas as suas conquistas em votações eleitorais. Além dos supracitados pleitos de 2002 e 2007, o AKP saiu vitorioso nas eleições gerais de 2011, nas quais obteve 50% dos votos totais, a maior votação da história democrática da Turquia (BBC, 2011). Seu principal rival, o CHP, atingiu pouco mais do que 1/4 do eleitorado total. Posteriormente, em 2014, o governo procedeu à primeira eleição direta para a Presidência da República, cargo que, até então, era escolhido pelo Parlamento. Nesse embate, Erdoğan alcançou 51,79% dos votos válidos, substituindo seu correligionário Abdullah Gül. Após o anúncio do resultado, o AKP revelou a escolha do Ministro das Relações Exteriores, Ahmet Davutoğlu para ser o novo Primeiro Ministro do país (THE ECONOMIST, 2014).

Apesar de enfrentar uma oposição renitente e relativamente coesa, o AKP chega às vésperas das eleições legislativas de 2015 com sucessivas vitórias e poucas derrotas, o que indica que seu projeto político alcançou um *status* de hegemonia, ainda que não

seja, de nenhuma forma, consensual. De fato, os grupos secularistas ligados ao CHP e às Forças Armadas e alguns movimentos sociais com causas específicas são opositores ferrenhos às iniciativas do AKP, mas suas divergências têm tido uma abrangência cada vez mais limitada, sobretudo em termos eleitorais. No final de maio de 2013, por exemplo, alguns jovens reuniram-se no Parque Gezi, em Istambul, para criticar um plano urbanístico supostamente antiambiental (GÖLE, 2013, p. 07 – 09). Essas manifestações tomaram proporções inesperadas nos dias imediatos, muito em virtude da repressão policial aos protestantes. Em poucos dias, milhares de pessoas se reuniam em diversas cidades turcas para objetar aos rumos que a Turquia vinha tomando (ATAY, 2013, p. 39 – 40).

Há diferentes explicações sobre as origens e os objetivos dos protestos de 2013 na Turquia, mas há um entendimento em relação ao perfil dos manifestantes ao longo de sua duração. Se, em um primeiro momento, destacavam-se os movimentos ambientalistas que reprovavam o corte de árvores no Parque Gezi, posteriormente se observou o predomínio de grupos partidários de oposição, como do CHP e das agremiações de extrema-esquerda. À medida que recrudesciam as manifestações, o número de faixas e bandeiras partidárias aumentava, alterando significativamente a composição dos seus participantes (ETE, 2013, p. 19 – 20). Assim, as preocupações ambientais se quedaram em um último plano, em detrimento de condenações à alegada islamização da Turquia e ao autoritarismo do governo Erdoğan, que era acusado de ser avesso ao diálogo e de reprimir seus adversários. Como em outros países, todavia, a célere expansão dos protestos foi acompanhada por uma queda ainda mais abrupta, que logo encerrou as esperanças de quem esperava a *débâcle* do AKP.

Pode soar ilógico afirmar que há uma hegemonia do ideário dos segmentos religiosos na Turquia à luz dos protestos massivos de 2013, que indicam o oposto dessa afirmação. Entretanto, deve-se ter em mente que as pessoas que saíram às ruas para contestar as atitudes e o *modus operandi* do AKP não representam uma parcela majoritária da população turca, ainda que formem um bloco quase uníssono quando se trata de censurar o governo do país. Os êxitos eleitorais que o partido obteve em 2014 (com ênfase para a eleição de Erdoğan para a Presidência da República) sinalizam que a oposição reúne meios para fazer alarde e chamar a atenção do público interno e externo, mas fracassa em termos eleitorais. Convém recordar também que, em 2007, ano em que milhares de jovens saíram de suas casas para alertar sobre os alegados riscos da implementação da *sharia* na Turquia, o AKP sagrou-se vitorioso no pleito parlamentar,

com um índice bastante superior ao conquistado cinco anos antes (ATAY, 2013, p. 40 – 41).

Atualmente, o prestígio do AKP encontra-se em um patamar consideravelmente elevado, o que se reflete em suas conquistas eleitorais e institucionais. Além de alijar as Forças Armadas do processo decisório, o partido também logrou descreditar a oposição – conduzida pelo CHP – que tem muitas dificuldades para ultrapassar a faixa de ¼ do eleitorado total nas eleições municipais e nacionais. Ademais, os triunfos da administração de Erdoğan também acarretaram o enfraquecimento do movimento islâmico radical, que propunha a aproximação da Turquia com os países muçulmanos não alinhados ao Ocidente, bem como o rompimento de relações diplomáticas com Israel. Esse segmento, que, desde os anos 1970, era representado por Necmettin Erbakan, esvaziou-se desde a ascensão do AKP, que logrou implantar muitas de suas demandas históricas, ainda que por mecanismos bem mais moderados e palatáveis para os secularistas.

Nesse capítulo, foram investigados os processos pelos quais foram alteradas as relações civis-militares na Turquia, o que permitiu o progresso do AKP e a decadência das Forças Armadas enquanto agentes políticos. Esse estudo é considerado fundamental, visto que é avaliado como a principal causa para as alterações na política externa turca, que saiu de um padrão de alinhamento ocidental para um ativismo mais independentista, com fortes traços regionalistas. Na sequência, então, serão exploradas as relações da Turquia com Estados Unidos, União Europeia e Oriente Médio, com o fito de demonstrar como os acontecimentos de política interna estudados até aqui se conectam com a diplomacia turca. Como será visto, o governo do AKP assinalou-se, em termos internacionais, pelo questionamento do alinhamento incondicional com os Estados Unidos, assim como da pretensão de ingresso na EU. No Oriente Médio, os países árabes ganharam relevância – apesar dos impasses subsequentes à Primavera Árabe –, e Israel tornou-se alvo de reiteradas críticas oficiais todas as vezes em que investiam contra o território palestino.

3. ESTUDOS DE CASO

Nessa parte, serão averiguados três estudos de caso sobre o tema desse artigo. Após apresentar, nos dois primeiros capítulos, os ditames que viabilizaram a reorientação estratégica da Turquia durante o governo do AKP, investigaremos como as

mudanças na correlação de forças entre civis e militares se conectam à política exterior do país. Com esse fito, escolhemos Estados Unidos, União Europeia e Oriente Médio como objetos, pois os dois primeiros são tradicionalmente percebidos como os principais aliados da Turquia, e os países vizinhos são o foco da diplomacia turca na administração de Erdoğan. Não se pretende, nesse espaço, proceder a uma dissecação profunda em termos de relações bilaterais – fenômeno já amplamente coberto pela literatura especializada –, mas sim evidenciar a vinculação entre o declínio das Forças Armadas como ator político e o aprofundamento de uma política externa mais regionalista e menos ocidentalista.

3.1. Estados Unidos

A análise da evolução das relações entre Turquia e Estados Unidos é fundamental para que se verifique o grau de transformação da política externa turca desde a eleição do AKP. Desde a Guerra Fria, tradicionalmente, a aliança com Washington pauta a estratégia internacional da Turquia. Ainda hoje, embora equivocadamente, muitos analistas percebem Ancara tão somente como um títere norte-americano no Oriente Médio. Na realidade, porém, observa-se que a chegada do partido de Erdoğan ao poder significou uma alteração importante nesse aspecto, fazendo com que Ancara atingisse um nível de autonomia inédito na história recente do país, fenômeno indispensável para as suas pretensões de hegemonia regional. Essas mudanças, todavia, não devem ser interpretadas como um giro de 180° – no estilo Revolução Islâmica no Irã –, mas sim como a matização de uma parceria que, até então, era inquebrantável.

Neste trabalho, adotamos a perspectiva de que Estados Unidos e Turquia atravessaram, desde o final da II Guerra Mundial, quatro períodos em termos de relacionamento bilateral: 1º) entre 1945 e 1962, quando os turcos ratificaram sua escolha pelo bloco ocidental, desejosos dos investimentos norte-americanos e temerosos em relação às pretensões expansionistas da União Soviética; 2º) entre 1962 e 1979, momento de estremecimento e tensões, que coincide com a Crise dos Mísseis em Cuba e a invasão turca no Chipre até a Revolução Islâmica no Irã e a ocupação soviética no Afeganistão; 3º) entre 1979 e 2003, período mais fértil no que diz respeito à colaboração econômico-militar, em virtude da relevância da Turquia para os EUA na região; e 4º) a partir de 2003, a partir do ascenso do AKP, marcado pela rejeição do

Parlamento turco ao pedido para que tropas norte-americanas pudessem estacionar em seu solo, com o fito de penetrar no território iraquiano.

Logo após o encerramento da II Guerra Mundial, a Turquia teve de problematizar sua política externa, até então calcada em uma tentativa de se manter equidistante das grandes potências. Isto porque o governo soviético havia abandonado sua estratégia temporizadora, adotando uma perspectiva de que Ancara deveria ser-lhe fiel e subserviente. Na visão de Stálin, os turcos deveriam permitir que os russos instalassem uma base militar em seu território, além de dar livre acesso aos navios soviéticos em seus estreitos. Essa medida rememorava as disputas ocorridas no século XIX e princípios do século XX, quando o Império Russo tinha pretensões expansionistas na Turquia. Nessa conjuntura, os turcos firmaram sua decisão de alinhar-se ao bloco ocidental capitalista, na expectativa de assegurar sua integridade territorial e viabilizar investimentos necessários ao seu desenvolvimento econômico. Apesar de alguns desvios pontuais, essa aliança manteve-se até a chegada do AKP em 2002 (DICLE, 2008, p. 13).

O reordenamento da Turquia no sistema internacional ficou consubstanciado em sua adesão às instituições capitaneadas pelos Estados Unidos. Em 1952, o país ingressou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), confirmando suas suspeições em relação à União Soviética e seu desejo de ficar sob o guarda-chuva norte-americano. Ainda nessa linha, em 1954, os turcos estabeleceram um acordo de defesa com o Paquistão, medida que foi seguida por uma aliança do mesmo tipo no ano seguinte, dessa vez com o Iraque. Esta ficou conhecida como o Pacto de Bagdá, ao qual aderiram o Irã, o Paquistão e o Reino Unido nos meses subsequentes. Naturalmente, esse pacto foi orquestrado por Washington e, em menor medida, por Londres, com o fito de arregimentar parceiros na luta contra Moscou. Todavia, a queda da monarquia iraquiana por um golpe militar em 1958 acarretou a saída desse país do acordo, que passou a se chamar Organização do Tratado Central (CENTO), que, por sua vez, não pôde prosperar sem a presença do Egito e do Iraque (DEUTSCHE WELLE, 2012).

No início da década de 1960, dois episódios estremeceram a aliança turco-americana, ainda que não a tenham rompido. Após a instalação de mísseis soviéticos no território cubano, os Estados Unidos aceitaram retirar os mísseis que havia colocado na Turquia, desde que a União Soviética fizesse o mesmo no país caribenho. Essa decisão foi de encontro aos interesses de Ancara, que se tornou uma peça menos importante no combate ao comunismo, diminuindo sua capacidade de aferir vantagens da bipolaridade.

Por outro lado, no mesmo ano, os turcos manifestaram sua disposição em invadir o Chipre, um Estado cuja maioria da população é grega, mas que conta com uma minoria turca. Essa incursão teria o objetivo de endossar a primazia da parcela turca no país. Os EUA, contudo, consideravam que isto seria danoso a gregos e britânicos, antigos colonizadores da ilha. Dessa forma, a administração Kennedy declarou sua contrariedade e impediu que os turcos se valessem do material da OTAN para alcançar seus propósitos, o que azedou esse relacionamento.

A despeito dos problemas, observa-se que não houve uma alteração no padrão das relações turco-americanas. Na realidade, por parte de Ancara, não partiu nenhum sinal de indicasse uma insatisfação: foi Washington que se desinteressou e se incomodou quando da questão cipriota. Desse modo, embora consideremos que essa etapa corresponda a uma segunda fase desse processo, não se pode perder de vista que não se trata de uma mudança programática, mas sim de um ajuste contingencial, que não estava nos planos turcos. De fato, esse período também foi superado por novo ajuste circunstancial, em 1979, quando a Turquia voltou a ser uma prioridade para os Estados Unidos. Essa novidade deveu-se à Revolução Islâmica no Irã e à invasão soviética no Afeganistão, uma vez que esses acontecimentos faziam com que os EUA perdessem seu principal aliado na região e ainda assistissem ao avanço de seu inimigo. A Turquia, nesse contexto, voltava a ser um Estado fundamental para garantir as pretensões norte-americanas no Oriente Médio e arredores.

A principal consequência do reavivamento da relevância de Ancara para Washington foi a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica e de Defesa (DECA), que facilitou a modernização dos equipamentos das Forças Armadas do país. A título de exemplo, vê-se que a assistência militar para a Turquia superou a da Grécia, seu tradicional rival, em uma proporção de dez para sete (ZANOTTI, 2011, p. 39). Por mais que essa proporção não satisfizesse as autoridades turcas – que não a consideravam condizente com a expressão do país –, esta indicava um redimensionamento da representação da Turquia para os Estados Unidos. Ademais, economicamente, também se observa um avanço norte-americano, uma vez que o governo turco desistiu da política de substituição de importações e abriu o país para os investimentos externos, com o intuito de fomentar a industrialização e as exportações, como de fato ocorreu. Essa nova conjuntura, portanto, assinalava uma afinidade ímpar nas relações turco-americanas, que, para Ancara, coroavam as décadas de alinhamento ocidental.

Na sequência, quando da eclosão da Guerra do Golfo em 1990, o governo turco fez questão de reafirmar seu comprometimento com o projeto de poder norte-americano, reprochando a invasão iraquiana do Kuwait e oferecendo apoio logístico e material para a invasão dos EUA. Nesse momento, o enfraquecimento da União Soviética já estava escancarado, e a Turquia não quis deixar de aproveitar a oportunidade de apoiar o lado vencedor da Guerra Fria. Assim, o país atravancou o fluxo de petróleo iraquiano através do seu território e autorizou à coalizão dos aliados que o utilizassem para conduzir suas operações militares. No entendimento das autoridades turcas, era imprescindível demonstrar à comunidade internacional que a Turquia tinha uma posição geoestratégica capital e que não poderia ficar alijada das grandes questões do Oriente Médio. Verificasse, aí, a intenção de adotar uma política regional mais assertiva, ainda que subordinada aos ditames de Washington (SAYARI, 2000, p. 169 – 171).

Conforme supracitado, o primeiro sinal de mudanças na política externa turca durante o governo do AKP deu-se em 2003, em uma situação análoga à da Guerra do Golfo de 1990. Nesse ano, Washington solicitou a Ancara a permissão para a utilização do solo turco como base para a invasão no Iraque, como fizera treze anos antes. No entanto, dessa vez, o Parlamento turco rejeitou o pedido norte-americano, o que provocou muita irritação nos Estados Unidos. Como a maioria de congressistas era formada por membros do AKP, evidencia-se que esta era a visão hegemônica dos círculos do partido, que não se mostravam entusiasmados em relação à desestabilização iraquiana. Esse acontecimento, portanto, marca o início da quarta e decisiva fase das relações turco-americanas, a partir da qual é a Turquia que começa a matizar a "aliança inquebrantável" de décadas passadas, em favor de um posicionamento mais pragmático. À diferença das rusgas anteriores, então, não se trata de uma dificuldade conjuntural imposta à Turquia, mas sim de uma alteração de paradigmas.

As modificações na correlação de forças entre civis e militares estão intimamente conectadas à emergência de um novo padrão de relações entre Turquia e Estados Unidos. Em primeiro lugar, como já analisado, salienta-se que as Forças Armadas viam na proximidade com os EUA a única maneira de promover o desenvolvimento econômico e assegurar a integridade territorial de seu país. Não fosse essa parceria, em sua concepção, Ancara correria um sério risco de ser contaminada pelo islamismo radical que paira sobre o Oriente Médio, minando a secularidade do Estado. A considerar que os grupos religiosos turcos, mesmo os mais moderados, não partiam das mesmas premissas e tinham conclusões bastante divergentes sobre a política

regional, seria, no mínimo, razoável imaginar que o relacionamento com os EUA estaria sujeito a avaliações e alterações, como de fato sucedeu. Nessa mesma lógica, como o AKP agregava os islamitas menos radicais, tampouco seria esperada uma reversão absoluta do legado de cooperação com Washington.

Além da simples oposição entre religiosos e militares, deve-se ressaltar que a posição subordinada que a Turquia ocupava em relação aos Estados Unidos ia de encontro à política regional contida na "Teoria da Profundidade Estratégica". Afinal, para Davutoğlu, os turcos deveriam esmerar-se para dirimir todas as contendas regionais, a fim de exercer maior influência sobre os seus vizinhos. Contudo, uma vez que os EUA tinham muitos adversários no Oriente Médio, tais como Iraque, Síria e Irã, a Turquia não lograria seus objetivos enquanto se comportasse como seu fiel seguidor. Não diferentemente, a intransigente defesa norte-americana dos interesses de Israel também era um complicador para a manutenção de laços estreitos entre Washington e Ancara, pois alguns segmentos do AKP sempre declararam seu apoio em relação a movimentos nacionalistas palestinos.

Os sintomas do advento de uma era mais pragmática nas relações turco-americanas não se limitaram à invasão do Iraque e voltaram a aparecer ao longo dos anos. Em 2007, por exemplo, quando do aparecimento do caso Ergenekon e da referida publicação de um manifesto contrário à presidência de Abdullah Gül no sítio das Forças Armadas, os Estados Unidos não se posicionaram de maneira contrária à atuação dos militares, o que enfureceu o governo do AKP. De fato, nessa oportunidade, a União Europeia mostrou-se crítica à participação das Forças Armadas na política turca, vista como um empecilho à democratização do país, o que contrastava com a atitude norte-americana, que se limitou a se comprometer com a não interferência nos assuntos internos turcos. Em Ancara, se denunciava a hipocrisia dessa postura, na medida em que a diplomacia dos EUA era assinalada por uma retórica de defesa da democracia e dos valores liberais (WALKER, 2010, p. 03 – 04).

Em 2010, a Turquia viveu novamente um período de tensão com os Estados Unidos, pois, junto com o Brasil, tentou articular uma solução para a crise nuclear iraniana, em um processo que ficou conhecido como Declaração de Teerã. À época, o governo de Barack Obama havia falhado no objetivo de estabelecer um acordo com o Irã, e já preparava uma nova rodada de sanções ao país. Contudo, em um concerto turco-brasileiro, os iranianos aceitaram as demandas da comunidade internacional, viabilizando uma saída para uma desavença que se arrastava há anos. A essa altura,

porém, já não era mais do interesse norte-americano resolver a disputa, e a iniciativa de Ancara e Brasília foi frustrada. Posteriormente, Washington levou a cabo sua promessa de elevar as sanções econômicas ao Irã, através de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Ainda assim, brasileiros e turcos demonstraram sua insatisfação com a postura norte-americana e votaram contra a punição aos iranianos (SILVA; LEÃES, 2014).

3.2. União Europeia

Turquia e União Europeia compartilham um longo período de história comum em termos de cooperação e associação. Em 1949, depois dos três fundadores, a Turquia foi o primeiro país a entrar no Conselho da Europa. Já em setembro de 1959, os turcos se candidataram para serem membro associado da Comunidade Econômica Europeia, na expectativa de colher frutos positivos em termos de desenvolvimento econômico-comercial. Dois anos depois, a Turquia foi um dos fundadores da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em seguida, foi firmado o Acordo de Ancara, que confirmou o pedido turco. Essa relação, no entanto, foi prejudicada após o golpe de Estado de 1980, quando os militares foram duramente reprochados pela Comunidade Europeia, que congelou virtualmente as conversas que mantinha com os turcos. Posteriormente, em 1987, quando a democracia foi parcialmente restabelecida e as negociações retomadas, durante o governo Özal, a Turquia oficializou sua candidatura como membro efetivo.

As expectativas turcas foram frustradas com a demora europeia para dar uma resposta, sob a alegação de que o caso era complexo e que precisava ser averiguado com todo esmero possível. Ainda assim, em 1995, mais um passo foi dado, com a confirmação de que a economia turca estaria ligada à europeia através de uma união aduaneira, uma demanda antiga de Ancara. Em 1999, enfim, na Conferência de Helsinque, a União Europeia formalizou o status de candidata à Turquia. Como apreciado anteriormente, porém, não faltaram críticas à situação política do país, e a necessidade de grandes reformas para que os turcos se adequassem aos padrões democráticos europeus era enorme, conforme os Critérios de Copenhague (RASPE, 2011, p. 05 – 06). No que diz respeito às relações internacionais, também havia a exigência de que Ancara solucionasse suas contendas com a Grécia e de que abandonasse quaisquer pretensões de dominação no Chipre.

O curso das reformas desejadas pela União Europeia acelerou-se de 1999 a 2005, conforme vimos, uma vez que o governo turco tratou de desmilitarizar a política nacional. A partir de então, todavia, nota-se um arrefecimento do processo, com graves deficiências em termos de direitos individuais (liberdade de expressão, sobretudo), direitos de minorias e o sistema judicial, além de problemas externos com gregos e cipriotas. Com efeito, à luz da hipótese desse trabalho, não é ilógico que as reformas tenham se concentrado na questão das relações civis-militares, na medida em que este sempre fora um dos principais objetivos do AKP. Vê-se, portanto, que o pacote de medidas iniciou-se em 1999, ainda sob o comando dos kemalistas, mas seguiu com os islâmicos, que o levaram a cabo com o suposto fito de favorecer o ingresso turco na UE, mas com intenções que, na realidade, transcendiam os desígnios oficiais (AYDIN-DÜZGİT; KEYMAN, 2014, p. 02 – 03).

Os argumentos contrários à entrada da Turquia na União Europeia já são conhecidos dos especialistas no assunto há muitas décadas. De fato, desde o princípio, a maioria dos Estados europeus não percebia as relações que seus governos desenvolviam com Ancara como um verdadeiro processo de integração. Embora se saudasse a aproximação econômico-comercial e a caminhada turca em direção aos padrões europeus, sempre houve uma grande desconfiança em relação aos reais benefícios que a Turquia poderia trazer à UE. De certo modo, os turcos eram vistos muito mais como uma ponte com o Oriente Médio (e um exemplo para esses países) do que como um parceiro legítimo. Essa situação gerou um profundo ceticismo entre os turcos sobre o interesse concreto da União Europeia em aceitá-la. Até meados dos anos 2000, a maior parte da população ambicionava se tornar um membro efetivo dessa instituição, mas ponderava que os europeus não eram confiáveis e que jamais a acolheriam (KRAMER, 2006, p. 24 – 25).

Conquanto o sentimento antiturco seja majoritário entre os europeus, pode-se observar uma diferença em termos de nacionalidade. O Reino Unido, por exemplo, é o maior apoiador da entrada da Turquia na União Europeia, pois apregoa o alargamento da instituição como sua missão fundamental. Ademais, Espanha, Portugal e Itália também costumam se colocar favoravelmente nesse ponto, sob a perspectiva de que isto produziria "bloco mediterrâneo" na UE. Países como Irlanda, Finlândia, Suécia, Bélgica, Eslováquia, Eslovênia e Hungria apoiam a expansão da União Europeia, mas têm críticas à Turquia. França, Áustria e a Alemanha, no entanto, declaram-se veementemente contra Ancara, o que obstaculiza fortemente o processo, dada a

importância de franceses e alemães na região. Finalmente, vê-se que Grécia e Chipre constituem um grupo à parte, em virtude das disputas que têm com a Turquia, mas, a partir de 1999, têm propugnado que o ingresso turco poderia ensejar melhores relações e um maior entendimento (KRAMER, 2006, p. 25-27).

Os europeus que preconizam a aceitação da Turquia como membro efetivo da União Europeia, em geral, enfatizam questões geopolíticas que advieram desse fato. Acima de tudo, entendem como uma vantagem a entrada de um país do Oriente Médio, o que poderia facilitar a conexão dos europeus com os outros Estados dessa região. Isto seria salutar porque possibilitaria um incremento nas relações econômico-comerciais, expandindo mercados e agregando consumidores. Da mesma forma, esse processo impulsionaria o papel da Turquia como corredor energético, canalizando as exportações de petróleo e gás desses países em direção ao continente europeu, o que é do interesse de Ancara. Por último, sobressaem-se os aspectos culturais e religiosos, visto que muitos imaginam que a anuência da UE ao pedido turco seria um sinal para os islâmicos moderados, que poderiam ganhar campo onde há predomínio dos fundamentalistas. Nesse sentido, a Turquia seria um modelo de sociedade muçulmana a ser futuramente adotado por todos.

Por outro lado, os argumentos contrários ao ingresso turco dividem-se nos campos político-ideológico e econômico-social. Ambos, porém, partem dos mesmos pressupostos: a Turquia seria muito grande, muito pobre e muito muçulmana para ter direito de se considerar europeia. Somada a esses fatores, há uma justificativa geográfica, que alega que o país está quase todo fora do continente e que não compartilha uma história comum com os europeus. Tecnicamente, entretanto, os pretextos oficiais da União Europeia ao negar a demanda turca relacionam-se às questões políticas supramencionadas, como o excesso de participação dos militares nas instituições de governo, os desrespeitos às minorias e o déficit democrático (QUAISSER; WOOD, 2005, p. 19 – 22). Durante anos, por exemplo, arrazoou-se que a Turquia não poderia ser admitida porque mantinha a pena capital para determinados crimes em seu código penal, o que estaria em dissonância com os preceitos institucionais da UE.

A sinceridade desse argumento de direitos humanos fica posta em dúvida quando se aprofunda a discussão sobre o tema. Na realidade, a última vez que a Turquia havia executado um condenado fora em 1984, ainda na sequência do golpe militar que acontecera quatro anos antes. Além disso, frisa-se que a França só aboliu a pena de

morte em 1977, a Espanha em 1978, a Irlanda em 1990 e a Bélgica em 1996. Com efeito, a União Europeia, em sua Carta de Direitos Fundamentais, considera inadmissível essa forma de punição, o que legitimaria uma pressão para que Ancara alterasse sua legislação. Todavia, essa explicação parecia menos uma defesa dos direitos do homem do que uma tática para responsabilizar os turcos pela negativa da UE. Em 2004, quando a Turquia oficialmente eliminou a pena capital, houve elogios efusivos de Bruxelas, mas não se registrou uma aceleração das tramitações sobre o assunto, que inclusive estagnou nos anos subsequentes.

Por mais que as objeções europeias à Turquia já sejam alvo de estudo de pesquisadores sobre política externa turca há muitos anos, há uma fundamental mudança em curso, que às vezes tem escapado à análise de especialistas no assunto. A partir de 2005, o AKP começou a dar mostras de insatisfação com a União Europeia, e o antigo sonho de juntar-se à instituição tornou-se alvo de críticas na sociedade turca. Na perspectiva de Rahigh-Aghsan (2011), no tocante ao projeto de integração à UE, nota-se uma diferença entre dois campos do Islã político, um pró-Erbakan (minoritário) e outro pró-Erdoğan (majoritário). Enquanto aquele rejeita abertamente a filiação turca às organizações internacionais ocidentais, este afirma seu compromisso com o programa. Em sua visão, contudo, o posicionamento do AKP é favorável à UE apenas de maneira funcional, ou seja, quando é de sua conveniência. No caso da desmilitarização das instituições políticas, por exemplo, Erdoğan esforça-se ao máximo para estar em linha com Bruxelas, mas não demonstra o mesmo ímpeto em outras circunstâncias.

Esse raciocínio é bastante útil para esclarecer as razões pelas quais o governo do AKP esteve em compasso com as exigências da União Europeia nos primeiros anos, quando a pauta eram as relações civis-militares na Turquia. Já no momento em que os europeus passaram a vindicar mudanças de outra natureza, Erdoğan demonstrou pouca ou nenhuma vontade política em trilhar o mesmo caminho. Curiosamente, então, observa-se que o alijamento das Forças Armadas começou em 1999 com o fito de alinhar a Turquia à UE e avançou supostamente pelo mesmo motivo já sob a administração do AKP. Com o passar dos anos, no entanto, viu-se que o governo valeu-se de uma tática para concretizar o seu ideário, evitando levar adiante as reformas que não considera prioritárias. De fato, essa situação ainda se exacerbou com a crise econômica de 2008, que atingiu sobremaneira os países europeus. Desde então, para o partido, a União Europeia perdeu até o atrativo econômico, deixando de ser uma alternativa para alavancar o desenvolvimento turco.

Em um estudo comparativo, averiguando discursos oficiais, documentos programáticos e estatutos partidários, Franziska Raspe (2011) analisou as diferenças entre o AKP e o CHP no que tange às relações da Turquia com a União Europeia e chegou a uma conclusão que está em consonância com este trabalho: a agremiação que representa os setores religiosos não tem verdadeiramente interesse em se tornar um membro da UE, ainda que compartilhe alguns de seus objetivos. Essa posição contrasta com a do CHP, que reúne os principais segmentos kemalistas e defende as Forças Armadas, pois este trata o ingresso turco na UE como um propósito imprescindível e positivo para toda a população turca. No entanto, nos últimos anos, a proporção de turcos que concorda com o ingresso de Ancara na União Europeia (que tradicionalmente superava a metade) caiu para apenas 17%, e o índice de pessoas que expressam alguma desconfiança em relação à UE passa dos 80% (PEKER, 2012).

O crescente desinteresse turco pela União Europeia também pode ser demonstrado por recentes manifestações de Erdoğan que, em viagem à Rússia no início de 2013, afirmou ao seu homólogo russo que seu país estava disposto a se tornar membro permanente da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX). Essa instituição, que reúne China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão, tem como finalidade principal o combate ao terrorismo, ao separatismo e ao extremismo, através da realização de exercícios conjuntos de defesa. De fato, dado o peso da questão curda para a Turquia, é natural que Ancara compartilhe de receios semelhantes a Moscou e Pequim, o que impulsionaria essa aproximação. No entanto, especula-se que esse gesto seria uma tentativa de pôr um termo à participação turca na OTAN e na UE. Ressalta-se, sem embargo, que não se trata de uma proposta oficial, mas de um diálogo entre Erdoğan e Vladimir Putin (THE DIPLOMAT, 2013).

3.3. Oriente Médio

As relações da Turquia com os países do Oriente Médio – assinaladas por uma desconfiança mútua com os Estados árabes e pelo bom relacionamento com Israel – estão inextricavelmente vinculadas ao desenvolvimento do kemalismo. Como seria fácil de imaginar, a aversão de Atatürk e de seus correligionários ao Islã engendrou um sentimento de suspeita generalizada em relação aos seus vizinhos, tidos como radicais e avessos ao progresso e à ordem social. Da parte árabe, percebe-se que essa sensação era compartilhada, o que se manifestou algumas vezes através de declarações antiturcas e

da ausência de tentativas de integrar a Turquia às relações internacionais do Oriente Médio. Israel, pelo contrário, constituía uma aliada fundamental para os políticos turcos, que a percebiam como outro país europeu encravada em uma região árabe. Para as Forças Armadas, sobretudo a partir dos anos 1990, Tel Aviv também se tornara um parceiro crucial à modernização militar turca.

Do período em que a Turquia foi governada por Atatürk até o início da Guerra Fria, a indiferença dominou as relações entre turcos e árabes. À época, Ancara limitava-se a evitar conflitos com os Estados de sua vizinhança, sem qualquer interesse em estreitar laços ou buscar pontos de acordo. Com o advento da bipolaridade, porém, constata-se um tímido incremento da disposição para buscar uma aproximação. Esta, não obstante, não decorria de uma estratégia regional, mas somente de uma tática para ampliar a parceria com o bloco ocidental, notadamente Estados Unidos e Reino Unido. Afinal, era da vontade de norte-americanos e britânicos que houvesse uma união entre os países do Oriente Médio para combater o avanço do comunismo, o que também agradava as lideranças turcas. A referida criação do Pacto de Bagdá, então, insere-se nesse contexto e denota menos uma tentativa de integração regional do que um alinhamento à OTAN (BOZDAĞLIOĞLU, 2003, p. 115).

Como prenúncio de sua filiação ao Ocidente, a Turquia anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel em 1949, o primeiro país muçulmano a fazê-lo. Essa medida contrariava sua posição na votação da ONU que propunha a criação do Estado judeu, quando Ancara se opôs. Entretanto, após os israelenses vencerem sua guerra de independência, os turcos deram-se conta de que, à exceção dos árabes, já não havia um debate na comunidade internacional sobre a existência de Israel, e que era imperativo mostrar-se em consonância com os países ocidentais. Em 1954, o premiê turco Adnan Menderes causou furor no mundo árabe ao afirmar que já havia chegado o momento de todos reconhecerem Tel Aviv diplomaticamente. Como resposta, o presidente egípcio Gamal Nasser, líder do movimento pan-arabista, declarou que a Turquia não era bem quista pelos árabes em geral (WINROW, 1995, p. 17). Na esteira desses acontecimentos, em 1956, a popularidade turca na região só fez cair quando Menderes condenou a nacionalização do Canal de Suez e apoiou a invasão anglo-franco-israelense, cujo intuito principal era a destituição de Nasser (SEVER, 1998, p. 132).

A despeito do crescente ressentimento em relação à Turquia pelo mundo árabe, o país manteve sua política regional, que vincula os seus interesses aos das potências ocidentais. Ainda na segunda metade da década de 1950, Menderes mostrou sua contrariedade com o movimento não alinhado, que era reputado como um instrumento soviético nos países em desenvolvimento. Além disso, o governo turco defendeu a intervenção norte-americana no Líbano, após a queda do presidente Camille Chamoun, que era pró-ocidental e simpático a franceses e britânicos. Do mesmo modo, Ancara foi favorável a uma investida militar contra a Síria (cujo governo começara a se aliar com a União Soviética e estacionara tropas na fronteira turco-síria) e contra o Iraque, após o golpe militar que depôs o Rei Faiçal, que era encarado por muitos como um títere do Reino Unido no Oriente Médio. Todas essas atitudes vão ao encontro da ideia de que a Turquia subordinava seus objetivos regionais àqueles das grandes potências, na expectativa de que isto pudesse lhe dar crédito (BOZDAĞLIOĞLU, 2003, p. 119).

Uma vez que a política regional da Turquia durante a Guerra Fria estava atrelada ao intuito de satisfazer o bloco ocidental, seria natural imaginar que a crise nas relações turco-americanas entre 1962 e 1979 tivesse implicações diretas na postura turca frente aos Estados árabes, como de fato sucedeu. Moderadamente, Ancara passou a demonstrar uma atitude mais favorável aos árabes em seu conflito com os israelenses, abdicando de uma posição que neutralidade que vinha adotando nos anos anteriores. Nas Guerras dos Seis Dias (1967) e do Yom Kippur (1973), o governo turco não deu autorização para que os norte-americanos pudessem utilizar as bases da OTAN em seu território, cujo objetivo era entregar armamentos às tropas israelenses. Em seguida, em 1975, quando foi votada a resolução que determinava que o sionismo era uma forma de racismo, os turcos acompanharam os árabes em sua aprovação e também expuseram sua contrariedade com a tomada ilegal de terras que haviam sido invadidas por Israel (MUFTULER-BAC, 1997, p. 265).

Malgrado essas mudanças, não se deve exagerar sua envergadura, na medida em que espelham menos uma reorientação estratégica do que a desilusão com os antigos aliados. Assim como já havíamos demonstrado na primeira seção desse capítulo (sobre as relações entre Turquia e Estados Unidos), o comportamento turco é bastante reativo às ações de Washington durante a Crise dos Mísseis e a Questão Cipriota. Não houve um processo de reflexão sobre a diplomacia turca no Oriente Médio, mas sim uma tentativa de acomodar as possibilidades do país em uma circunstância de acentuado constrangimento externo. Aliás, mesmo que a Turquia almejasse reorganizar sua

inserção internacional de modo a priorizar seu entorno geográfico em prejuízo do Ocidente, haveria uma série de obstáculos a serem transpostos, visto que os árabes ainda se mostravam muito descontentes com Ancara. No Chipre, por exemplo, houve um apoio material egípcio aos cipriotas gregos, e a Síria prometeu atacar a Turquia caso esta violasse o território cipriota (OLSON, 1996, p. 113).

Durante a década de 1980, havia a expectativa de que o governo turco se empenhasse para acercar-se dos seus vizinhos, inaugurando uma nova era de política regional. Esse cenário se imaginava possível porque, após a junta militar deixar o comando do país, em 1983, Turgut Özal foi eleito primeiro-ministro. Como Özal não escondia sua religiosidade e era próximo de políticos do islamita Partido da Salvação Nacional. No entanto, essas previsões não se confirmaram, pois o compromisso do premiê com o Ocidente mostrou-se muito maior do que sua simpatia pelo mundo muçulmano, evidenciado pela parceria militar com os EUA e pelo pedido de adesão à União Europeia. Özal era adepto da visão de que a Turquia era uma ponte entre Oriente e Ocidente e que tinha incumbência de catalisar a ocidentalização dos árabes (BOZDAĞLIOĞLU, 2003, p. 128 – 129). Ainda assim, como supracitado, o programa de liberalização econômica implantado nesse momento foi basilar para a política comercial durante os mandatos do AKP.

Após a queda da União Soviética, a ideia de que a Turquia deveria exercer uma política externa mais assertiva no Oriente Médio começou a ganhar peso, sobretudo entre os círculos islâmicos. Contudo, ainda era majoritária a corrente que defendia a necessidade de vinculação entre os interesses ocidentais e os turcos. Na Guerra do Golfo (1991), por exemplo, Ancara teve um papel proeminente na invasão ao Iraque, participando ativamente da coalizão liderada pelos Estados Unidos. Portanto, à exceção do breve período em que Erbakan esteve no poder, a Turquia mostrou disposição para atuar com mais vigor em sua região, mas não soube se desprender da lógica ocidental, que muitas vezes lhe causava atritos com os países árabes. Para agravar ainda mais a situação, nos anos 1990 houve um acirramento dos conflitos com o PKK, o que gerava uma sensação de medo na sociedade turca. Esse sentimento era capitalizado pelas Forças Armadas, que o utilizavam para justificar um distanciamento dos árabes e uma aproximação com Israel.

As relações turco-israelenses atingiram seu apogeu ao longo dessa década. Dado o poderio militar de Tel Aviv, os militares turcos trataram de costurar uma série de acordos que visavam à modernização de sua estrutura física. Na mesma linha, foram

assinados convênios de treinamento bilateral para aperfeiçoar a capacidade turca de contrainsurgência. Em virtude das prerrogativas institucionais exclusivas das Forças Armadas e de sua autonomia na formulação orçamentária, nem mesmo o governo Erbakan teve condições de ir contra esse processo. Ademais, o Exército havia adquirido um prestígio tal que muitos consideravam que o governo deveria dar carta branca para que pudesse debelar o PKK. Nessas circunstâncias, como os militares apregoavam o estreitamento de laços com Israel, nem mesmo os setores religiosos mais radicais logravam viabilizar uma política alternativa. Essa posição ainda era favorecida em decorrência da afinidade que o PKK tinha com alguns países árabes, especialmente a Síria, que lhe dava suporte material e logístico. Somente em 1999, quando o grupo curdo foi desbaratado, abriu-se espaço para rediscutir a estratégia regional da Turquia.

Não foi à toa que Davutoğlu assinalou a importância de que a Turquia tivesse uma política de “nenhum problema com os seus vizinhos”. Às vésperas da eleição do AKP, o cenário apresentava-se muito conturbado para Ancara, que enfrentava um conjunto expressivo de contendas em suas adjacências (BARAN et al., 2008, p. 08-10). Além de disputas com a Grécia sobre o controle de algumas ilhas no Mar Egeu, a Turquia também pleiteava expandir sua influência no Chipre, o que desagradava gregos e cipriotas. As relações com a Síria também eram tensas em virtude do seu apoio ao PKK. Para piorar, Ancara ainda litigiava com Damasco e Bagdá o controle aquático de fontes dos Rios Tigre e Eufrates. O Irã tampouco poderia ser percebido como um aliado turco, uma vez que os países conservavam uma desconfiança recíproca desde a Revolução de 1979, cujos líderes viam a Turquia como um traidor dos muçulmanos. Aos problemas políticos somava-se o desinteresse comercial, na medida em que o Oriente Médio não era reputado como um importante mercado para os turcos, que davam preferência para europeus e norte-americanos (BARKEY, 2011, p. 04 – 06).

O governo Erdoğan esmerou-se para levar a cabo o projeto regional da “profundidade estratégica”. Ao menos até a eclosão da Primavera Árabe, em princípios de 2011, a Turquia obteve sucesso em resolver desavenças com os Estados que lhe eram mais hostis e conseguiu se aproximar de países até então indiferentes. O primeiro sintoma dessa transformação foi a negativa da autorização do uso de seu território por tropas norte-americanas na Guerra do Iraque (2003), anteriormente analisado. Essa medida foi paradigmática, uma vez que foi a primeira vez que Ancara tomou uma decisão sobre o Oriente Médio com base em seus próprios interesses e não com a intenção de contentar Washington. Na ótica do AKP, a ocupação do Iraque produziria

um vácuo de poder, que tenderia a ser ocupado por grupos secessionistas, instabilizando o país e a região. Com efeito, as previsões turcas se revelaram precisas, e a crise iraquiana parece cada vez mais longe do fim.

Apesar do colapso do governo central iraquiano, a Turquia soube aproveitar as circunstâncias para alargar sua zona de influência no norte do país, área controlada pelo Governo Regional do Curdistão (KRG), entidade política que amealhou grande autonomia em relação a Bagdá após a invasão norte-americana. O KRG, fundado em 1992, era muito mal visto por Ancara em seus primeiros anos, já que os militares o concebiam como um títere do PKK. À revelia dessa interpretação, porém, Erdoğan decidiu reconhecer o KRG como um governo legítimo, desde que este se empenhasse na desmobilização militar do PKK, como foi feito (BARKEY, 2011, p. 02 – 03). A avaliação do governo turco provou-se justa, pois o norte do Iraque se tornou a região mais estável do país. Assim, o comércio turco-iraquiano mais que sextuplicou entre 2003 e 2010, sendo os iraquianos os segundo maiores importadores da Turquia, e uma das principais fontes de petróleo. Além disso, empresários turcos têm tomado a liderança nos setores de construção civil e infraestrutura, severamente danificada pelas guerras travadas desde 1980 (LINDENSTRAUSS; AKSOY, 2012, p. 52 – 53).

A Síria, até a Primavera Árabe, foi o mais significativo caso de sucesso da política externa turca. Em 2005, Erdoğan prestou a primeira visita oficial a Damasco em décadas, na qual nada declarou sobre a presença de tropas sírias no Líbano, a despeito do pedido norte-americano para que a criticasse. Os países também compartilhavam uma forte suspeita em relação à Guerra do Iraque e chegaram a um acordo sobre a questão hídrica. Desse modo, esse clima de distensão política permitiu um florescimento econômico-comercial, que se manifestou através da decuplicação da balança comercial entre 2000 e 2010 e do avanço de investimentos turcos no mercado sírio. No entanto, todas essas conquistas foram colocadas à prova com o surgimento da Primavera Árabe, quando a Turquia apoiou os rebeldes líbios, egípcios e sírios. Em razão do insucesso dos insurretos sírios, não obstante, os progressos de toda a década foram praticamente sepultados (ERTUĞRUL, 2012, p.02 – 05).

A posição turca no tocante ao conflito israelo-palestino também sofreu muitas alterações com o AKP. Em 2005, o premiê turco recusou um convite de Ariel Sharon para realizar uma visita oficial. No ano seguinte, Ancara reprochou duramente Israel por suas ações no Líbano e repetiu o gesto no ataque israelense à Faixa de Gaza em 2009. Diferentemente de outros países, a Turquia reconheceu a vitória eleitoral do Hamas em

2006, considerando-o como o representante legítimo do povo palestino, e não uma organização terrorista, despertando contrariedade em Tel Aviv. A situação agravou-se em 2010, quando a Marinha israelense interceptou uma flotilha turca que se dirigia a Gaza com centenas de ativistas e milhares de toneladas de ajuda humanitária, matando nove passageiros e ferindo dezenas. Posteriormente, em um discurso na ONU, Erdoğan afirmou que o sionismo “é um crime contra a humanidade”, da mesma forma que o antissemitismo, o fascismo e a islamofobia (HAARETZ, 2013).

Não obstante a relevância dessas mudanças no que tange à questão palestina, é indispensável recordar que não é benéfico nem para turcos nem para israelenses um relacionamento bilateral espinhoso. Isso porque, para a Turquia, é crucial ter capacidade de participação na resolução de conflitos regionais. A aposta de Davutoğlu não era somente de alinhar Ancara ao mundo árabe, mas sim torná-la capaz de dirimir as disputas regionais (ARAS, 2009, p. 08 – 10). Naturalmente, os turcos necessitam de um entendimento mínimo com os israelenses para poder desempenhar esse papel. Da mesma maneira, é nocivo para Israel entrar em conflito com a Turquia, pois seu entorno geográfico já lhe é altamente hostil. Então, apesar das rugas dos últimos anos, os dois Estados têm mantido encontros regulares e a cooperação militar. Em boa dose, a postura turca coaduna com a ideologia do AKP, que se caracteriza por uma defesa moderada do Islã ainda que por uma rejeição ao islamismo como método de governo.

Sob a égide do AKP, também se constata uma melhoria nas relações entre Turquia e Irã. Esses países, além de divergências ideológicas, preservavam certa distância porque disputavam esfera de influência comum no Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central. Entretanto, as oportunidades econômicas abundam entre os dois mercados, pois a complementaridade comercial é clara. Além do mais, as recentes sanções econômicas impostas ao Irã elevam a exigência da diversificação de parceiros que possam investir nos setores de energia, infraestrutura e construção civil, ramos nos quais a indústria turca se destaca. A Declaração de Teerã – tentativa turco-brasileira de solucionar a crise nuclear iraniana – se enquadra nesse panorama, visto que, em Ancara, havia tanto a disposição para participar de um acordo dessa magnitude quanto a vontade de impulsionar o comércio bilateral (KINNANDER, 2010, p. 21 – 22).

Conquanto tenha ocorrido uma transformação representativa nas relações entre a Turquia e os outros países do Oriente Médio – o que está diretamente vinculado à nova correlação de forças que se encontra no governo turco, com a emergência dos islâmicos e o ocaso dos kemalistas –, é sempre conveniente matizar esses processos políticos, de

forma a evitar maniqueísmos. Ressalta-se, logo, que o AKP passou a enfrentar obstáculos na consecução de sua estratégia regional a partir da Primavera Árabe, quando se posicionou do lado dos rebeldes. Essa atitude, no entanto, não surtiu os efeitos esperados, pois Ancara perdeu espaço econômico no Cairo e em Trípoli, em virtude da instabilidade que se seguiu à queda de Mubarak e Gaddafi, respectivamente. Na Síria, a resiliência do governo Assad ainda foi muito prejudicial à Turquia, que tem de lidar com dezenas de milhares de refugiados em seu território e retomar um *modus vivendi* com Damasco, justamente para viabilizar o princípio de “nenhum problema com os vizinhos”, ponto cardinal de sua política externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos os principais elementos que propiciaram as transformações na política externa turca a partir de 2002, sob o governo do AKP. Como enfatizamos reiteradas vezes, a Turquia não mais adota uma postura ocidentalizante, que privilegia acima de tudo as relações com os Estados Unidos e a União Europeia. Na realidade, o país mantém laços sólidos com seus tradicionais aliados, mas se permite ir de encontro aos seus interesses conforme lhe convém. É justamente nesse contexto que se explica a não permissão à utilização do solo turco por tropas norte-americanas na invasão ao Iraque em 2003 e o cadente esforço de Ancara para ingressar na União Europeia, sobretudo a partir de 2007, além de outras atitudes que sinalizam um desacordo turco com Washington e Bruxelas. Atualmente, a estratégia internacional turca tem se caracterizado por uma maior assertividade, que faz com que o país não mais tome medidas apenas para agradar as potências ocidentais.

A temática regional foi a pedra angular das mudanças da política externa turca durante o mandato de Erdoğan. Pejorativamente chamada de “neo-otomanismo”, a diplomacia da Turquia no século XXI está assentada na “Teoria da Profundidade Estratégica”, de Davutoğlu. O acadêmico e político defendia que seu país revisse os preceitos básicos de sua inserção internacional, até então calcada na aliança com o Ocidente e pouco ciosa dos assuntos regionais. Para Davutoğlu, a Turquia era muito mais do que uma ponte entre o Oriente e o Ocidente, como normalmente era tratada por europeus e norte-americanos, mas sim uma potência regional que dispunha dos mecanismos adequados para promover a cooperação e resolver os conflitos que permeiam a política local. Essa visão, no entanto, contrastava com o histórico turco de

desatenção aos seus vizinhos, vistos como países atrasados e pouco interessantes para o desenvolvimento turco.

Vê-se, então, que o objeto deste artigo foi averiguar quais foram as razões que viabilizaram as alterações na política externa turca desde 2002. Não era nosso intuito simplesmente descrever o que aconteceu nos últimos anos, tarefa já cumprida pela literatura especializada, mas entender o porquê dessas transformações. Com esse fito, já na introdução, apontamos que a nossa hipótese era que a inserção internacional da Turquia estava atada aos acontecimentos relativos à correlação de forças entre civis e militares na política nacional. Isso porque, no país, as Forças Armadas exerceram um papel predominante desde a ascensão do kemalismo, processo que se intensificou com o passar das décadas. Como o projeto político dos militares era de ocidentalizar a Turquia, sua preeminência institucional assegurou uma política externa alinhada aos Estados Unidos e à União Europeia e desligada de questões regionais, salvo quando estas estavam na pauta de norte-americanos e europeus.

À hipótese do trabalho se junta o problema, que diz respeito justamente ao peso das Forças Armadas na política turca. Adotamos a perspectiva trazida por autores como Huntington (1954), Janowitz (1967), Kuru & Stepan (2012), Stepan (1975) e Fitch (1998), que frisam que, em diversos países, os militares acabam tendo funções que muito ultrapassam os temas de segurança externa. Nesses Estados, as Forças Armadas acabam se comportando como um partido político ou, até mesmo, como um poder moderador, que influencia direta e indiretamente os rumos da política nacional. Na Turquia, de fato, os militares agiram para depor um governo democraticamente eleito em quatro oportunidades (1960, 1971, 1980 e 1997), em três das quais chegaram a assumir o controle do país, restabelecendo a ordem e devolvendo o poder aos civis após certo tempo. Além dessas intervenções, destaca-se a capacidade dos militares para pressionar o governo através de mecanismos institucionais e extraoficiais, o que minava a margem de manobra dos seus adversários.

O prestígio dos militares foi analisado na primeira seção, que se inicia com a chegada de Mustafá Kemal ao poder na Turquia. Aí, vimos que o projeto político de Atatürk – alicerçado na ocidentalização, secularização e modernização conservadora – foi integralmente absorvido pelas Forças Armadas e pelo partido que a representava, o CHP, constituindo o kemalismo, cujos princípios fundamentais eram notadamente antirreligiosos. Esse ideário, em termos de política externa, primava pela parceria com os Estados Unidos e com os países europeus e dava pouca relevância para o entorno

geográfico da Turquia, que representava menos uma oportunidade do que um perigo à sua integridade e soberania. Nesse contexto, com o decorrer dos anos, os militares souberam tirar proveito do receio que as elites turcas tinham de movimentos radicais, como o marxismo, o islamismo e o curdismo. Assim, sempre que se acirravam as tensões sociais, as Forças Armadas intervinham para garantir a ordem pública. Na sequência, implantavam medidas para elevar suas prerrogativas institucionais e mitigar as chances de alterações no *status quo*.

Em termos teóricos, destacamos os conceitos de *tutela militar* e de *poder moderador*, de Fitch (1998) e Stepan (1975) respectivamente. Acreditamos que esses termos têm um grande potencial analítico para os países em que as Forças Armadas têm um importante peso político, atuando e intervindo para garantir que seu ideário seja hegemônico. Essa situação foi escancarada nas três ocasiões (1960, 1971 e 1980) em que os militares derrubaram governos democraticamente eleitos e assumiram as rédeas do país, com o argumento de que estes ameaçavam a República por permitirem o avanço do marxismo, do islamismo e do curdismo. Fundamental salientar, novamente, que essas intervenções se processaram em aliança com setores seculares de elite, que compartilhavam os temores dos militares. Além disso, observa-se que os golpistas não procuraram se estender no poder, voltando aos quartéis em poucos anos, tão logo estivessem seguros de que seus rivais já haviam sido derrotados.

Realçamos, ainda, que não se constatou, na Turquia, um cenário de controle civil subjetivo, como estudado por Huntington (1954), quando determinados segmentos da sociedade civil utilizam os militares para afastar seus adversários políticos do poder. Com efeito, embora tenha havido essa aproximação entre Forças Armadas e grupos da elite turca, a posição dos militares não foi, de modo algum, passiva: foram eles que nuclearam esse movimento e que se beneficiaram do apoio que receberam de secularistas civis. Vimos, ademais, que o sucesso dos militares em termos políticos ao longo desse período foi viabilizado, em grande medida, por sua coesão institucional, nos termos apresentados por Janowitz (1967). O kemalismo sempre foi dominante e homogêneo nos círculos militares, impedindo que eventuais dissensões pudessem avançar a execução de um plano específico.

Ao final da primeira seção, ao analisar o golpe pós-moderno de 1997, quando Erbakan foi derrubado, mas não foi sucedido por um governo de junta militar, frisamos que a *tutela militar* começava a dar lugar à *subordinação condicional*, a despeito da continuação do *poder moderador*. Isso porque já se verificava certo constrangimento na

ação das Forças Armadas enquanto agentes políticos, que só estariam dispostas a intervir politicamente quando considerassem que as bases da República estavam em jogo. Nesse contexto, mesmo que houvesse terreno para a deposição de um governo democrático, já não havia espaço para uma administração chefiada por militares, o que sinalizava uma mudança crucial em relação aos golpes anteriores. Porém, fez-se a ressalva de que essa alteração se deu menos por um fortalecimento de grupos civis interessados em limitar a atuação política dos militares do que nos constrangimentos externos impostos pelo final da Guerra Fria, quando os países ocidentais diminuíram sua tolerância para com governos militares.

Na segunda parte, foi estudado o fenômeno inverso: a derrocada dos militares enquanto agentes políticos e a consequente ascensão dos setores religiosos, que estavam à margem do poder desde o governo de Atatürk, à exceção de períodos esporádicos e muito breves. Constatamos que, a partir de 1999, inicia-se um processo de alijamento das Forças Armadas da política nacional, com o objetivo de atender às demandas da União Europeia (Critérios de Copenhague) e alinhar Ancara aos ditames do bloco. Essa decisão foi acatada pelas lideranças militares, que a viam como um preço justo a pagar pelo ingresso na UE, última etapa da ocidentalização turca. No entanto, as reformas nessa direção seguiram com o AKP, mas adquiriram um contorno próprio, satisfazendo os desígnios dos setores religiosos capitaneados pelo partido de Erdoğan. Esses ajustes, então, lograram atingir sua meta de afastar as Forças Armadas do poder e certificar a continuação dos grupos islâmicos, malgrado a permanência de alguns privilégios de que ainda dispõem os militares.

No que diz respeito aos aspectos teóricos, na segunda seção, recorreremos mais uma vez aos conceitos de Fitch (1998) e retomamos algumas ideias de Huntington (1954). Pela primeira vez em sua história republicana, a Turquia acercou-se do *controle democrático* e do *controle civil objetivo*, momento em que as Forças Armadas perdem os mecanismos para interferir no processo político de um país. Nessas circunstâncias, os militares já não são mais vistos como um *poder moderador* (STEPAN, 1975), na medida em que não reúnem as condições necessárias para impedir as reformas dos adversários que estão no poder, atualmente representados pelo AKP e por Erdoğan. Não obstante, sobressai o fato de que se trata de um processo ainda em andamento e que precisa ser mantido caso o objetivo final dos grupos religiosos que chegaram ao poder em 2002 seja esterilizar politicamente as Forças Armadas.

Os estudos de caso (relações da Turquia com Estados Unidos, União Europeia e Oriente Médio) configuraram o tema da terceira e última parte da pesquisa. Nessa seção, procuramos clarificar as formas pelas quais as alterações na correlação de forças entre civis e militares moldaram a política externa turca para esses países. Desse modo, pudemos examinar como e por que o ocaso das Forças Armadas e a escalada do AKP implicaram o advento de uma diplomacia menos subserviente e mais regionalista. Argumentamos que os islamitas não compartilham da crença de que a Turquia deva seguir todos os passos da Europa para que possa se desenvolver. Ademais, os Estados Unidos continuam tendo grande importância para os turcos – principalmente como fonte de investimentos –, mas perderam a categoria de décadas passadas, quando balizam a conduta turca. Por outro lado, como seria natural, os religiosos não veem os países vizinhos como ameaças, e os tratam como parceiros indispensáveis para que Ancara se firme como liderança regional.

Tendo em vista que apontamos uma estreita vinculação entre as relações civis-militares e a política externa turca – a hipótese do artigo, afinal –, é razoável inferir que o êxito dos religiosos em afastar as Forças Armadas das instituições de formulação e execução da diplomacia do país dificulta sobremaneira um retorno ao paradigma pré-AKP. Com isso, não pretendemos afirmar que o parâmetro estabelecido pelo AKP continuará indefinidamente como matriz da inserção estratégica da Turquia, uma vez que a política externa de um país sempre está sujeita a disputas, questionamentos e oscilações. Entretanto, aquele sistema de aliança com o Ocidente e de menosprezo à política regional que vigorou por muitas décadas não deverá ser retomado, visto que seus sustentáculos encontram-se muito fragilizados, sem perspectivas de que um dia voltarão a ter as mesmas prerrogativas que já tiveram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTUNIŞIK, Meliha; TÜR, Özlem. **Turkey: Challenges of Continuity and Change**. Londres: Routledge Curzon, 2005.

ARAS, Bulent. **Turkey and the Palestinian Question**. In: Foundation for Political Economic and Social Research, Brief n° 27, 2009.

ATAY, Tayfun. **The Clash of Nations in Turkey: Reflections on the Gezi Park Incident**. In: Insight Turkey, Vol. 15 n° 2, 2013.

- AYDIN, Mustafa. 2005. **Turkish Foreign Policy and the End of the Cold War: Roots and Dynamics**. In: Turkish Yearbook, Vol. 36, 2005.
- AYDIN-DÜZGİT, Senem; KEYMAN, E. Fuat, **EU-Turkey Relations and the Stagnation of Turkish Democracy**. In: Global Turkey in Europe, Working Paper 02, 2014.
- BALCI, Ali; KARDAŞ, Tuncay. **The Changing Dynamics of Turkey's Relations with Israel: An Analysis of "Securization"**. In: Insight Turkey, Vol. 14 n° 2, 2012.
- BARAN, Zeyno. **Turkey Divided**, In: Journal of Democracy, Vol. 19 n° 1, 2008.
- BARAN, Zeyno. **Torn Country: Turkey between Secularism and Islamism**. Stanford: Hoover Institution Press, 2010.
- BARAN, Zeyno et al. **Turkey's Identity and Strategy: A Game of Tri-Dimensional Chess**, In: Power and Principles: International Leadership in a Shrinking World, 2008.
- BARKEY, Henri. **Turkish Foreign Policy and the Middle East**. In: Ceri Strategic Papers, SciencesPo, Vol. 10, 2011.
- BBC. **Turkey Ruling Party Wins Election with Reduced Majority**, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-13740147> Acessado em 29/08/2014.
- BOZDAĞLIOĞLU, Yucel. **Turkish Foreign Policy and Turkish Identity: A Constructivist Approach**. Londres: Routledge, 2003.
- BURAK, Begüm. **The Role of the Military in Turkish Politics: To Guard Whom and From What?** In: European Journal of Economic and Political Science, Vol. 4 n° 1, 2011.
- CARLEY, Patricia. **U.S. Foreign Policy and the Future of Greek-Turkish Relations**, In: United States Institute of Peace, Vol. 17, 1997.
- CIZRE, Ümit. **A New Politics of Engagement: The Turkish Military, Society and the AKP**. In: KURU, Ahmet; STEPAN, Alfred (Org). Democracy, Islam and Secularism in Turkey. New York: Columbia University Press, 2012.
- CIZRE, Ümit; ÇINAR, Menderes. **Turkey 2002: Kemalism, Islamism and Politics in the Light of the February 28 Process**. In: South Atlantic Quarterly, Vol. 102 n° 2-3, 2003.
- CNN. **Turkey's Erdoğan Hails Constitutional Referendum Win**, 2014. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/WORLD/europe/09/12/turkey.referendum/> Acessado em 29/08/2014.

- DEUTSCHE WELLE. **1955: Firmado Pacto de Bagdá**, 2012. Disponível em: <http://www.dw.de/1955-firmado-pacto-de-bagd%C3%A1/a-778420> Acessado em 20/10/2014.
- DICLE, Betül. **Factors Driving Turkish Foreign Policy**, 2008.
- ERTUĞRUL, Dogan. **A Test for Turkey's Foreign Policy: The Syrian Crisis**. In: TESEV Foreign Policy Programme, 2012.
- ETE, Hatem. **The Political Reverberations of the Gezi Protests**. In: Insight Turkey, Vol. 15 n° 3, 2013.
- EUROPEAN COMMISSION. **Turkey 2011 Progress Report**, 2011.
- EUROPEAN COMMISSION. **Turkey 2013 Progress Report**, 2013.
- FITCH, Samuel. **The Armed Forces and Democracy in Latin America**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998.
- GÖLE, Nilüfer. **Secularism and Islamism in Turkey: the Making of Elites and Counter-Elites**. In: Middle East Journal, Vol. 51 n° 1, 1997.
- GÜRSOY, Yaprak. **The Changing Role of the Military in Turkish Politics: Democratization through Coup Plots?** In: Democratization, Vol. 19 n° 4, 2012.
- HAARETZ. **At UN Conference, Erdogan Calls Zionism "Crime against Humanity"**. Disponível em: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/at-un-conference-erdogan-calls-zionism-crime-against-humanity.premium-1.506392>
Acessado em: 11/11/2014;
- HANIOĞLU, M. Şükrü. **The Historical Roots of Kemalism**. In: KURU, Ahmet; STEPAN, Alfred (Org). **Democracy, Islam and Secularism in Turkey**. New York: Columbia University Press, 2012.
- HIRO, Dilip. **Inside Central Asia**. Londres: Overlook Duckworth, 2009.
- INDEPENDENT COMMISSION ON TURKEY. **Turkey in Europe: The Imperative for Change**. Third Report, 2014.
- HUNTINGTON, Samuel. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations**. New York: Vintage Books, 1964 [1954].
- JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional: Estudo Social e Político**. Edições GRD, 1967.
- JENKINS, Gareth. **Continuity and Change: Prospects for Civil-Military Relations in Turkey**. In: International Affairs, Vol. 83 n° 2, 2007.
- KINNANDER, Elin. **The Turkish-Iranian Gas Relationship: Politically Successful, Commercially Problematic**. Oxford Institute for Energy Studies, n° 38, 2010.

- KINROSS, Patrick. **Atatürk: the Rebirth of a Nation**, Londres: Phoenix Press, 2001.
- KOCHER, Matthew. **The Decline of the PKK and the Viability of a One-State Solution in Turkey**. In: International Journal on Multicultural Societies, Vol. 4 n° 1, 2002.
- KRAMER, Heinz. **Turkey and the EU: The European Perspective**. In: Insight Turkey, Vol. 8 n° 4, 2006.
- KURU, Ahmet. **The Rise and Fall of the Military Tutelage in Turkey: Fears of Islamism, Kurdism and Communism**. In: Insight Turkey, Vol. 14 n° 2, 2012.
- KURU, Ahmet; STEPAN, Alfred (Org). **Democracy, Islam and Secularism in Turkey**. New York: Columbia University Press, 2012.
- LAÇINER, Sedat. **Turgut Özal Period in Turkish Foreign Policy: Özalism**. In: USAK Yearbook, Vol. 2, 2009.
- LINDENSTRAUSS, Galia; AKSOY, Furkan. **Turkey and Northern Iraq: Tightening Relations in a Volatile Environment**. In: Strategic Assessment, V. 15 n° 3, 2012.
- LOMBARDI, Ben. **Turkey: The Return of the Reluctant Generals?** In: Political Science Quarterly, V. 112, 1997.
- MANGO, Andrew. **The Turks Today**. Londres: John Murray Publishers, 2004.
- MUFTULER-BAC, Meltem. **Turkey's Predicament in the Post-Cold War Era**. In: Futures n° 28, 1997.
- OLSON, Robert. **The Kurdish Question and Chechnya: Turkish and Russian Foreign Policies Since the Gulf War**. In: Middle East Policy n° 4, 1996.
- ÖNIS, Zya. **The New Wave of Foreign Policy Activism in Turkey**. In: DIIS Report, Vol. 5, 2009.
- ÖZBUDUN, Ergun. **Turkey: Plural Society and Monolithic State**. In: KURU, Ahmet; STEPAN, Alfred (Org). Democracy, Islam and Secularism in Turkey. New York: Columbia University Press, 2012a.
- ÖZBUDUN, Ergun. **Turkey's Search for a New Constitution**. In: Insight Turkey, Vol. 14 n° 1, 2012b.
- ÖZCAN, Gencer. **National Security Council**. In: CIZRE, Ümit. (ed). Democratic Oversight and Reform of the Security Sector in Turkey. Munique: The Deutsche Nationalbibliografie, 2007.
- OZDEN, Kemal; YILMAZ, Ihsan. **An Attempt at Pseudo-Democracy and Tactical Liberalization in Turkey: An Analysis of Ismet İnönü's Decision to a Transition to**

a Multi-Party Political System, In: European Journal of Economic and Political Sciences, Vol. 3 n° 2, 2010.

ÖZPEK, Bilgehan. **Pseudo-Transformations of Civil-Military Relations in Turkey**. In: Analysis, n° 267, 2014.

PEKER, Emre. **Turks to European Union: No, Thanks**. In: The Wall Street Journal Disponível em: <http://blogs.wsj.com/emergingurope/2012/08/29/turks-to-eu-no-thanks/> Acessado em: 15/11/2014.

QUAISSER, Wolfgang; WOOD, Steve. **EU Member Turkey? Preconditions, Consequences and Integration Alternatives**. In: Forost, n° 25, 2005.

RAHIGH-AGHSAN, Ali. **Turkey's EU Quest and Political Cleavages under AKP**. In: Review of European Studies, V. 3 n° 1, 2011.

RASPE, Franziska. **The Official Positions of the AKP and CHP on Turkey's EU Accession Process: A Comparative Study**. BSC European Studies: Faculty of Management and Governance, 2011.

ROULEAU, E. **Turkey's Dream of Democracy**. In: Foreign Affairs, Vol. 79 n° 6, 2000.

ROUQUIEU, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

SAYARI, Sabri. **Turkish Foreign Policy in the Post-Cold War Era: the Challenges of Multi-Regionalism**. In: Journal of International Affairs, Vol. 54 n° 1, 2000.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: As Mudanças de Padrões na Vida Brasileira**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

SEVER, Aysegul. **The Compliant Ally? Turkey and the West in the Middle East, 1954-1958**. In: Middle Eastern Studies n° 34, 1998.

SILVA, André Luiz Reis da; LEÃES, Ricardo. **A Convergência Turco-Brasileira na Declaração de Teerã (2010)**. In: Mural Internacional, Vol. 5 n° 2, 2014.

THE DIPLOMAT. **Turkey Renews Plan to Join Shanghai Cooperation Organization**. Disponível em: <http://thediplomat.com/2013/12/turkey-renews-plea-to-join-shanghai-cooperation-organization/> Acessado em: 15/01/2015.

THE ECONOMIST. **Davutoğlu's Moment**, 2014. Disponível em: <http://www.economist.com/news/europe/21614191-turkeys-new-president-receptayyip-erdogan-picks-loyal-prime-minister-davutoglus-moment> Acessado em 31/08/2014.

UZUN, Berna. **The Polarization of Turkish Society and Politics: the Ergenekon Affair.** In: Tel Aviv Notes, 2010.

VAROL, Ozan O. **The Military as the Guardian of Constitutional Democracy.** In: The Columbia Journal of International Law, Vol. 51, 2012.

WALKER, Joshua. **The United States and Turkey: Can They Agree to Disagree?** In: Middle East Brief, n° 46, 2010.

WINROW, Gareth. **Turkey in Post-Soviet Central Asia.** Londres: The Royal Institute of International Affairs, 1995.

YILDIZ, Uğur. **Civil-Military Relations During the Period of the Justice and Development Party in Turkey.** In: Ege Strategic Research Journal, Vol. 3 n° 2, 2012.

ZAFAR, Shaista. **Turkey's "Zero Problems with Neighbours" Foreign Policy: Relations with Syria,** In: Journal of European Studies, 2012.

ZANOTTI, Jim. **Turkey: Background and U.S. Relations.** In: Congressional Research Service, 2012.